

**Nº22 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 30 de outubro
de 2018. -----**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e cinco de outubro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar com a discussão da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2019, para os dias 29 e 30, com votações na tarde do dia 30. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Encontros de turismo sustentável - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da realização, no pretérito dia 25.10.2018, dos Encontros de turismo sustentável, em Chaves e Vidago, os quais contaram com a participação de um conjunto de especialistas internacionais, em turismo sustentável. -----

Tal iniciativa, permitiu partilhar experiências e definir estratégias para potenciar a promoção turística da região. -----

b) Intercambio Europeu "Hide it beyond the hill - migration and discrimination in trás-os-montes region" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo, da realização, nos próximos dias 20 a 29 de novembro, de um projeto que visa combater a discriminação de minorias em regiões isoladas, bem como sensibilizar para a problemática da atual crise de refugiados, evento que conta com a participação e coordenação da Associação Inspira!. -----

Tal iniciativa conta com a colaboração de sete "ONG'S", de países distintos. -----

Com o apoio do Município de Chaves e a aprovação e patrocínio da Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, a organização pretende desenvolver atividades que tenham impacto, em toda a região, bem como levar a cultura transmontana a todos os cantos da Europa e promover o respeito e igualdade entre todos os povos. -----

c) Tribuna Aberta - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo, da realização, no pretérito dia 27.10.2018, de uma espécie de tribuna aberta, onde o Executivo da Câmara Municipal de Chaves se predispôs a ser interpelado, pelos munícipes, em jeito de balanço da obra feita nos primeiros 365 dias de mandato. -----

Tal sessão foi moderada, pela jornalista da Radio Renascença, Olimpia Mairos, contando com um número significativo de participantes. -----

d) Concerto "luz" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo, da realização, no próximo dia 02 de novembro, pelas 21:30 horas, de um concerto na Igreja Matriz de Chaves, pela Orquestra de Sopros da Academia de Artes de Chaves, dirigindo, para o efeito, convite a todos os Vereadores presentes. -----

e) Espetáculo de Stand Up Comedy - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo, da realização, no próximo dia 03 de novembro, pelas 21:30 horas, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, de um Espetáculo de Stand Up Comedy com João Seabra e Miguel Sete Estacas, dirigindo, para o efeito, convite a todos os Vereadores presentes. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Assinatura de Contratos de manutenção dos Parques Eólicos da Região - Sobre esta matéria, o vereador interveniente começou por referir que teve conhecimento, através de informação publicada, sobre a matéria, da iniciativa desenvolvida, pela Empresa "EHATB", consubstanciada na celebração de um contrato de manutenção dos parques eólicos da região. Neste contexto, o Vereador interveniente solicitou, junto do Presidente da Câmara, resposta às seguintes questões: -----

1 - O contrato, em causa, visa a manutenção dos equipamentos existentes nos parques eólicos ou o seu objeto é mais amplo? -----

2 - O contrato, em apreciação, garante uma produção máxima de energia eólica? -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
O contrato celebrado, pela empresa "EHATB", é um contrato de manutenção integrado, abrangendo a substituição de equipamentos e de consumíveis. O contrato garante que a gestão do parque seja integral, permitindo que qualquer paralisação dos aerogeradores seja, de imediato, reportada. -----

O contrato garante, também, uma produção máxima de energia, em função da performance alcançada, pelos serviços de manutenção, serviços esses que devem evitar a paralisação do funcionamento do próprio sistema. -

Retomando a sua intervenção, o Vereador interveniente, solicitou, junto do Presidente da câmara, esclarecimentos, sobre o ponto da situação correlacionado com o desenvolvimento dos Cursos Técnicos

Superiores Profissionais, promovidos pelo "IPB", na região do Alto Tâmega, particularmente, no Concelho de Chaves. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - No ano letivo, em curso, está previsto o funcionamento de três cursos, no âmbito do projeto desenvolvido, pelo IPB: -----
 - Um curso a funcionar no Concelho de Valpaços; -----
 - dois cursos a funcionar no Concelho de Chaves; -----
 Um ligado à área do termalismo e o outro ligado à área de Informática;
 O curso, de informática deverá ter início, no próximo mês de novembro.
 2 - De acordo com a informação transmitida, pelo "IPB", com menos de catorze alunos, a instituição não irá dar início a qualquer curso. --
 3 - Num futuro próximo, irá ser facultada, a este Executivo, informação mais detalhada, sobre o desenvolvimento deste projeto, em função da informação prestada, sobre a matéria, pelo próprio Instituto. -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, apresentando, depois de lida, em voz alta, a seguinte proposta: -----

"Proposta -----
 Vários Municípios me têm abordado a propósito dos serviços prestados no edifício do Paço do Duque de Bragança, nomeadamente aqueles que se veem limitados fisicamente, com dificuldades de locomoção. -----
 Assim, a solução para que o mencionado edifício, onde funcionam muitos serviços da autarquia, possa servir de forma cabal todos quantos lá vão, seria colocar um elevador, à semelhança do que foi feito no edifício sede da Câmara Municipal. -----
 Com esta medida, além de melhorados, permitiriam um melhor atendimento aos municípios. -----
 O Vereador, João Neves" -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 A matéria afluída nos contributos apresentados, pelo Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Neves, constitui uma questão que subsiste há bastante tempo. -----
 Estão previstas, a curto prazo, obras de intervenção, no Edifício, em causa, no sentido de o adaptar à ampliação do Museu da Região Flaviense. -----
 Assim, é de ponderar a integração, no âmbito do projeto de execução, a sugestão, ora, apresentada, sobre a matéria, pelo Senhor João Neves. Algumas das barreiras físicas, ainda, existentes, as quais comprometem o acesso de todos os cidadãos, aos Edifícios Municipais, irão ser, ao longo dos tempos, devidamente, removidas. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 18 de outubro de 2018. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 74/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I – Exposição de Motivos -----

1. Considerando que a conjugação da Lei que define o quadro de competências dos órgãos autárquicos – Lei nº 75/2013, 12 de setembro e de acordo com o estipulado pelo POCAL no ponto 3.1.1 das respetivas considerações técnicas, ficam as autarquias locais obrigadas à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil; -----

2. Considerando que, a execução dos documentos previsionais mencionados, devem levar em linha de conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria, garantindo que as despesas a realizar se justificam quanto à sua economia, eficiência e eficácia; -----

3. Considerando que, na elaboração dos documentos ora em análise, devem ser seguidos os princípios orçamentais: anualidade, da unidade, da universalidade, da especificação, do equilíbrio, da não consignação, da não compensação, da legalidade, da estabilidade orçamental, da autonomia financeira, da transparência, da solidariedade nacional recíproca, da equidade intergeracional, da coordenação entre as finanças locais e finanças do estado e da tutela inspetiva; -----

4. Considerando que o POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o Orçamento do Município se deve submeter, nomeadamente as resultantes da conjugação do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril; -----

5. Considerando que, nos termos do artº45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, **até 31 de outubro de cada ano**, a proposta de Orçamento Municipal, para o ano económico seguinte; -----

6. Considerando que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea c) do número 1 do artigo 33º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deve o Executivo Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento; -----

7. Considerando que, o Município de Chaves, deve prever, anualmente, o Mapa de Pessoal, tendo o mesmo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver, durante a sua execução, conforme o estipulado no nº 1, do artº29, da Lei 35/2014, de 20 de junho; -----

8. O Mapa de Pessoal do Município de Chaves, menciona o número de postos de trabalho de que o mesmo carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades, bem como, a descrição de todas as funções, de

acordo com o descrito no "Regulamento de Descrição de Funções, Atribuições e Competências", documento que se anexa à presente proposta, para todos os efeitos legais; -----

9. O Mapa de Pessoal deste Município foi dotado de mais seis lugares, 5 de Assistentes Operacionais e um lugar de Assistente Técnico; -----

10. Assim, aquando da elaboração do Orçamento para o ano **de 2019** e nos termos do n.º 4, do artigo 29 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado pelas entidades competentes para a aprovação da proposta de orçamento. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, pelas razões anteriormente enunciadas, proponho, ao executivo camarário, que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a **versão preliminar** dos documentos previsionais, ora, propostos, a qual inclui, nos termos do disposto no art.º 46º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os seguintes documentos: -----

- Relatório com a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----

- Mapa resumo das receitas e despesas da Autarquia Local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; -----

- Mapa das receitas e despesas, desagregado, segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, os serviços municipalizados, quando aplicável; -----

- Mapa QPM - QPPO (Quadro Plurianual De Programação Orçamental) previsto nos Artigos 41º, 44º e 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituindo um mapa vincula a despesa e a receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. (2018-2021); -----

- Articulado com as medidas para orientar a execução orçamental;-

- Orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira; -----

- Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o art.º 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;¹

- Mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e verba correspondente. -----

b) Aprovar a versão preliminar do Mapa de Pessoal, nos termos e para os efeitos previstos no disposto no n.º 4 do art.º 29º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o qual acompanha a proposta de orçamento, ora, em apreciação, contendo toda a informação, legalmente, exigível, por força do disposto no art.º 28 do mesmo diploma legal, bem como as respetivas remissões para o Regulamento Interno do Município, contendo a "Descrição de Funções, Atribuições e Competências" aprovado pelo órgão competente; -----

c) Em caso afirmativo remeter, para a assembleia municipal, até ao próximo dia **31 de outubro**, a versão preliminar dos documentos assinalados nas alíneas a) e b) os quais constituem a proposta preliminar de Orçamento Municipal, para o ano económico 2019,

¹ **Nota Explicativa:** Nos termos do disposto no art.º 75 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, foram solicitados os respetivos orçamentos para 2019, às entidades participadas em relação às quais se verifica o controlo ou presunção do controlo pelo município. -----

documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta; -----

d) Por último, a versão definitiva do Orçamento Municipal e para o ano económico de 2019, depois de sancionada, previamente, pelo Órgão Executivo Municipal, deverá, sob a forma de proposta, **ser analisada, discutida e votada em sede da última sessão ordinária da assembleia municipal**, a ter lugar durante o mês de dezembro do corrente ano, de acordo com o calendário, legalmente, fixado, sobre a matéria. -----
Chaves, 24 de outubro de 2018 -----

O Presidente da Câmara, -----
(Nuno Vaz) -----

Em Anexo: -----
Documentos Previsionais (Resumo do Orçamento, Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e PPI/GOP'S e QPPO); -----
Relatório de Orçamento -----
Articulado das medidas para a execução orçamental -----
Orçamento de entidades participadas -----
Mapa das Entidades Participadas -----
Norma de Controlo Interno -----
Plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas -----
Mapa de Pessoal -----
Regulamento Interno "Descrição de Funções, Atribuições e Competências." -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Presidente da Câmara, dando algumas notas introdutórias, sobre as principais prioridades plasmadas, nos documentos previsionais, em apreciação, com projeção no ano de 2019, identificando, simultaneamente, todos os documentos mais relevantes que integram a proposta, em apreciação. -----

Referiu ainda que este Orçamento, a vigorar no ano de 2019, aponta para uma previsão de 48 milhões de euros, traduzindo o mesmo uma poupança, na área das despesas correntes, sendo certo que esta tendência deve ser reforçada. -----

O financiamento comunitário tem uma forte expressão nas receitas de capital. -----

Os documentos evidenciam, por um lado, uma diminuição da despesa corrente, registando-se, simultaneamente, um incremento das receitas de capital. -----

As despesas correntes com o pessoal têm algum acréscimo, indissociável, por um lado, do necessário recrutamento de novos colaboradores (Técnicos Superiores, assistentes técnicos e operacionais) e, por outro lado, tendo em atenção a valorização remuneratória reconhecida a favor dos trabalhadores da função pública, respetivamente relacionados com o projeto de combate ao insucesso escolar e reforço da capacidade operacional em matéria de limpeza urbana e manutenção de zonas verdes. -----

Os documentos traduzem, ainda, uma redução dos encargos relacionados com o serviço da dívida municipal e, bem assim, um equilíbrio financeiro com as freguesias. -----

A expressão financeira consagrada no PPI aponta para um valor aproximado de 19 milhões de euros, distribuída, prioritariamente, pela função social, económica e geral, sendo estas as grandes opções do plano. -----

Por último, o Presidente da Câmara deu ênfase às ações mais emblemáticas contempladas, nesta proposta de plano e orçamento, para

o ano de 2019, distribuídas, pelas diversas áreas de intervenção municipal, destacando o conjunto de obras públicas que irá ser materializado, à luz destes documentos previsionais (Eficiência energética, iluminação pública, reabilitação urbana, melhoramento dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento, preservação de espaços públicos e manutenção de vias, entre outras). -----
Este ciclo económico é de grande investimento público, particularmente, nas áreas da eficiência energética, da mobilidade urbana, e na afirmação turística do Concelho. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo começado por referir que, por razões profissionais, não pode estar presente na reunião, oportunamente, agendada, pelo Presidente da Câmara, em vista à ponderação preliminar dos documentos, ora, em apreciação. -----

- Referiu, ainda, que a sua intervenção é feita, em nome do Partido Social Democrata, honrando as orientações do Partido, sobre a matéria, em apreciação, e simultaneamente, enquanto Vereador deste Executivo Municipal. -----

- Após a análise dos documentos, em apreciação, o Vereador interpelou, o Presidente da Câmara, sobre algumas das matérias previstas, no Orçamento, e correlacionadas com as seguintes áreas de intervenção Municipal, a saber: -----

1 - Exequibilidade da taxa de desemprego constante do relatório do Orçamento, solicitando os devidos esclarecimentos sobre a medidas preconizadas, em vista à criação de emprego, no Concelho de Chaves. -

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
A diminuição da taxa de desemprego repousa, sobretudo, no conjunto de iniciativas económicas que se avizinham, as quais irão permitir, a curto prazo, a criação de novos postos de trabalho, nomeadamente, nas áreas da hotelaria e nos diversos empreendimentos a desenvolver, no parque empresarial. -----

2 - Requalificação do Jardim da Freiras: Sobre esta matéria, o Vereador Interveniente solicitou informação, junto do Presidente da Câmara, sobre as eventuais ações que, à luz dos documentos de gestão, em apreciação, irão ser desenvolvidos, em vista à reposição do jardim da freiras, com o figurino que o mesmo tinha na década de 80. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
Qualquer intervenção, na praça, em causa, será de âmbito muito limitado, não fazendo parte, das prioridades estabelecidas, qualquer perspetiva relevante de intervenção, no jardim das freiras. -----

3 - Ação Social: Sobre esta matéria, o Vereador Interveniente solicitou informação sobre as ações programadas e relacionadas com a intervenção nos Bairros Sociais de Chaves. -----

De facto, os documentos, em apreciação, apontam para uma diferença significativa no investimento previsto, na reabilitação do bairro social dos fortes, comparativamente, com a reabilitação preconizada para o bairro social de casas dos montes. -----

Neste contexto, foram solicitados esclarecimentos adicionais sobre esta diferença significativa de investimento público. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- Tal diferença de investimento, entre as intervenções a realizar, respetivamente, no bairro social dos fortes e no bairro social de casas dos montes, repousa no facto da intervenção do bairro social dos fortes incidir, exclusivamente, na reabilitação das moradias aí existentes, não contemplando, a mesma, uma intervenção nos correspondentes edifícios/frações, considerando que estes últimos são, maioritariamente, privados. -----

Diferentemente, no bairro social das casas dos montes, a intervenção preconizada integra a requalificação dos edifícios aí existentes e, bem assim, os espaços exteriores do próprio bairro. -----

3.1 - Fornecimento de refeições: Sobre esta matéria, o Vereador Interveniente solicitou informação, relativa às condições que irão ser asseguradas, pela autarquia, em vista à concretização do projeto emergente dos documentos, em apreciação, traduzido no fornecimento de refeições aos cidadãos mais vulneráveis. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- É intenção do Município desenvolver, a curto prazo um projeto que congregue as IPSS's mais relevantes do Concelho, no sentido de serem prestados, tais serviços sociais, aos cidadãos mais vulneráveis, mediante a celebração de um protocolo de colaboração, com a Santa Casa da Misericórdia e a Cruz Vermelha, no sentido de serem alargados, com os recursos existentes, os serviços sociais prestados às populações mais vulneráveis. -----

4 - Construção das Piscinas Municipais e Construção do Pavilhão Multiusos: Sobre esta matéria, o Vereador Interveniente solicitou informação, relativamente às condições de financiamento que irão permitir dar sustentabilidade financeira indispensável à concretização dos projetos relacionados com a construção das piscinas municipais e do Pavilhão multiusos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- O financiamento dos projetos destacados, pelo Vereador interveniente, não sendo, à partida, suscetíveis de financiamento comunitário, será garantido, mediante recursos próprios da autarquia, sendo de incluir, nas fontes de financiamento, o recurso a receitas creditícias para o financiamento das piscinas municipais. -----

Quanto à disponibilização de um equipamento multiusos, durante o ano de 2019, serão encontradas soluções que possam permitir mitigar as dificuldades, atualmente, existentes -----

5 - Recursos humanos: Sobre esta matéria, o Vereador Interveniente solicitou informação correlacionada com o facto dos documentos, em apreciação, apontarem, no âmbito da gestão dos recursos humanos da autarquia, para a colocação de três técnicos superiores, no gabinete de protocolo e comunicação e nenhum técnico superior no gabinete de turismo, sendo, tal solução, aparentemente, contraditória com o objetivo centrado na valorização turística do Concelho. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- Em termos formais, de facto, o gabinete de turismo não dispõe, nessa área, de qualquer técnico superior. -----

Existem, atualmente, dois técnicos superiores, na área do turismo, os quais exercem funções na "DSC". -----
Durante o ano de 2019, é suposto que, no âmbito da (Eurocidade), sejam contratados mais dois técnicos superiores nesta área. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo começado por manifestar a sua posição desfavorável, relativamente à colocação do posto de turismo, no edifício Duques de Bragança. -----

O posto de turismo deveria ser colocado, junto ao Largo das Freiras. O posto de turismo deve estar localizado numa zona visível da cidade. Quanto à proposta de orçamento para o ano de 2019, a mesma não vai merecer a sua oposição. -----

Tal documento, é um documento previsional e constitui um instrumento de gestão. -----

O documento aponta para verificação de indicadores económicos positivos e indicadores económicos negativos. -----

Os documentos estão tecnicamente bem elaborados, sendo certo que não vislumbra margem nas receitas municipais previstas que permitam diminuir a dívida municipal. -----

As contas devem ser feitas no fim do ciclo económico, razão pela qual a sua posição, sobre esta matéria, será de abstenção. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, e com a Abstenção do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, aprovar a proposta, em apreciação. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: -----

"De acordo com as competências que a Lei estabelece, o senhor Presidente, findo que está o primeiro ano de governação, apresenta a sua proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2019, da Câmara Municipal de Chaves, pela qual é formal e politicamente responsável, sendo este documento um instrumento do maior relevo para a gestão da Autarquia. -----

Nos termos do Estatuto do Direito da Oposição, foi-nos presente uma proposta preliminar do referido documento, para apreciação e votação, cabendo a todos os elementos do Executivo Municipal ajuizar as Opções do Plano tomadas e também os objetivos e ações ali incluídas, bem como a adequação, o rigor, a transparência, a equidade e a legalidade do Orçamento que suporta as referidas opções. -----

Assim, na sequência da análise cuidada que efetuámos ao documento, importa salientar os seguintes aspetos: -----

O PSD Chaves, entende que as Grandes Opções do Plano devem refletir as linhas gerais de desenvolvimento estratégico que o atual Executivo propõe como orientação da política de planeamento económico e social para o Município de Chaves. -----

A sua tradução financeira deve plasmar-se no Orçamento Municipal para o exercício de 2019, refletindo a previsão de receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante esse ano, quer com a execução daquele instrumento de gestão, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços. -----

No entanto, no documento que nos foi presente, verifica-se que a atual maioria que dirige a Câmara Municipal não define qual o caminho que pretende seguir, não apresentando de uma forma clara e satisfatória a

sua visão para a nossa terra, a sua missão e os seus objetivos a médio e a longo prazo. Não se vislumbram, neste documento, medidas e políticas estruturantes que atuem sobre os principais desafios do território, e respondam, de forma eficiente, a problemas concretos da comunidade, valorizando as suas potencialidades endógenas, e que estimulem a atividade económica, favorecendo o crescimento económico, a competitividade, o emprego e o investimento empresarial, contribuindo assim para a atração e fixação de população. -----

Da análise do documento, acresce ainda a necessidade de se criar e estimular novas formas de organização, coordenação e de cooperação entre os atores territoriais mais relevantes à escala municipal e supramunicipal, tendo como objetivo uma atuação integrada, eficiente e eficaz ao nível do apoio ao desenvolvimento económico e social do território, com sentido de compromisso estratégico a médio e longo prazo. -----

Face aos desafios estruturais colocados ao desenvolvimento da nossa comunidade no plano social e às dificuldades sentidas pelas famílias flavienses, a proposta do Executivo pauta-se pela inexistência de políticas sociais que contrariem o envelhecimento demográfico, reforçando a proteção e o apoio à população idosa, na melhoria da eficiência da proteção social e, na definição de políticas integradas de incentivo à natalidade e apoio à família. -----

O modelo de investimento desta Câmara Municipal, e vertido no documento em apreço, baseia-se quase exclusivamente num modelo de continuidade infraestrutural, tendo por base a planificação encontrada, relegando um modelo de desenvolvimento económico e social, virado para a criação de valor no território, assente na valorização de recursos e capacidades locais, a partir das características e das necessidades endógenas, favorecendo uma maior proximidade ao tecido empresarial. - No que concerne às iniciativas e investimentos mais significativos previstos para 2019 e anos seguintes, diga-se que eles são sobretudo uma enorme incógnita, pois dependem essencialmente de candidaturas a elaborar e a apresentar, podendo ou não vir a ser aprovadas, traduzindo, por isso, uma grande incerteza quanto à sua execução. ---

O PSD Chaves, entende que a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2019, assenta em grandes chavões, mas, em termos de eficácia e concretização de medidas adequadas para o desenvolvimento do concelho, nada se acrescenta, é pouco ambiciosa, é uma proposta de visão limitada e sem a capacidade de transformação que foi "aventada" em sede de campanha eleitoral à população flaviense. -----

Assim, com a ponderação cuidada que o documento merece e tendo em conta os superiores interesses dos nossos concidadãos e da nossa terra, o Partido Social Democrata, vota CONTRA esta proposta preliminar de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2019." -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A análise que suporta o voto contra do PSD continua assente na visão do passado, a qual, diga-se, não respondeu aos anseios das populações locais. -----

2 - As grandes opções do plano e orçamento, para o ano de 2019, estão, naturalmente, alicerçadas em pressupostos muito diferentes daqueles que são perfilhados, pelo PSD. -----

3 - Os documentos apontam para uma aposta significativa, nas áreas da ação social, com investimento muito relevante, na reabilitação dos edifícios a habitação social, estando, simultaneamente, a ser desenvolvidas políticas públicas centradas, nos novos desafios

emergentes do aumento da esperança de vida das populações e da nova composição das famílias. -----

4 - Os investimentos perspetivados visam valorizar os recursos endógenos, particularmente, o elemento "Água". -----

5 - É nessa linha de orientação que se justifica o investimento feito na valorização deste recurso e sua conexão com outras áreas de intervenção, nomeadamente, no turismo, na hotelaria e, bem assim, nos domínios científicos e da criação de novas soluções que permitam, em articulação com as academias (universidades) desenvolver projetos formativos e de investigação, na área do termalismo. -----

6 - Estes documentos revelam, ainda, uma grande preocupação, na área económica, com a criação de mais emprego e de condições de fixação dos jovens, diminuindo a perda de população do Concelho. -----

7 - É, pois, um instrumento que permite criar mais emprego, no Concelho de Chaves, fixando, simultaneamente, os nossos jovens, no sentido de que os mesmos possam desenvolver, no Concelho, o seu projeto de vida.

8 - A estratégia do Partido Socialista é muito clara e assenta: -----

- Na valorização e afirmação do potencial endógeno do Concelho; -----

- Na valorização da coesão territorial; -----

- Na valorização das pessoas, sendo estas a grande prioridade de qualquer gestão autárquica. -----

Ausentou-se da sala, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, quando eram 11:00 horas, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

Na ausência do Presidente da Câmara, a presente reunião foi presidida, pelo Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, substituto legal daquele. -----

2.2. "5ª CAMINHADA SOLIDÁRIA" - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS DESPACHO Nº 69/GAP/2018. -----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando que, por despacho praticado pelo Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Francisco Melo, no uso de poderes subdelegados, veio a ser autorizada, no dia 11 de outubro de 2018, a realização da " 5ª Caminhada Solidária - Caminha para Ajudar", a ter lugar no dia 14 de outubro de 2018; -----

Considerando que a entidade organizadora da aludida caminhada, "Bombeiros Voluntários de Salvação Pública", veio, através de requerimento, solicitar a isenção das correspondentes taxas administrativas; -----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte:

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e

autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias.”; -----

Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

Considerando que a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: -----

- Documento comprovativo da natureza jurídica; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária; -----

Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a ora requerente não tem dívidas perante o Município de Chaves; -----

Considerando, assim, que se encontram reunidos os pressupostos legais para a interessada poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos nºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;-----

Considerando que o valor das taxas administrativas associadas ao licenciamento da atividade desportiva pretendida pela requerente ascende ao montante de €21,60 (Vinte e um euros e sessenta cêntimos); Considerando que, ciente das razões acima evidenciadas, tendo como credencial legal o disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando, todavia, estes, sujeitos a ratificação, na primeira reunião do executivo realizada após a sua prática; -----

Considerando que, no caso individual e concreto ora em apreciação, se encontram reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber: -----

- Urgência da situação em face dos factos anteriormente descritos;
- Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo por referência a data da decisão administrativa consubstanciada na autorização da realização da Caminhada em causa (11/10/2018) e, bem assim, a data da realização efetiva da mesma, ou seja, no dia 14 de outubro do corrente ano; ---

II - Do Despacho em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, determino o seguinte: -----

- a) Autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €21,60 (Vinte e um euros e sessenta cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----
- b) Sequencialmente, que seja notificada a requerente do teor integral do presente despacho, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo; -----
- c) A presente isenção deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local; -----
- d) Por último, considerando a urgência da situação anteriormente evidenciada, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, a ter lugar no próximo dia

30 de outubro de 2018, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Chaves, 12 de outubro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: Os referidos documentos.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 12.10.2018. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM VIATURA PARTICULAR.

REQ: JÚLIO MANUEL CARVALHO ALVES. INF. 216/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 5752/18, de 05/07/2018, Júlio Manuel Carvalho Alves, veio solicitar a assunção de responsabilidade civil, por parte deste Município, com vista ao pagamento de uma indemnização pelos danos sofridos numa viatura, na sequência de um incidente ocorrido próximo da Ladeira do Anjo (Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes - no sentido de quem vem de Santo Amaro), freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 06/09/2018, a qual recaiu sobre a Informação n.º 174/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 29 de agosto de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121.º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo.

II - Propostas -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 174/2018, produzida pela DAF, no dia 29/08/2018; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114.º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz Ribeiro. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 22 de outubro de 2018. -----
Técnica Superior Jurista -----

(Ana Tomaz) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/10/23 -----

Visto. Concorde com a presente informação. À consideração Superior. -

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.23 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -.

EXECUTADO: VICENTE FERREIRA CARDOSO REIS. INF 218/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Vicente Ferreira Cardoso Reis, documento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 10590/18, datado do pretérito dia 15/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 10 prestações de uma dívida referente a taxas municipais devidas pela ocupação de espaço na feira semanal do Município de Chaves. -----

2. O peticionário instruiu o seu requerimento com a cópia da Declaração Rendimentos - IRS (Modelo 3), relativa ao Ano 2017 - da Autoridade Tributária e Aduaneira, em nome de Vicente Ferrer Cardoso Reis. -----

3. A respetiva declaração de rendimentos revela rendimentos baixos, justificadores da autorização do pagamento em prestações da dívida exequenda. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte: --

II - Do Enquadramento Legal -----

Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

1. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos

do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102 euros.** -----

2. Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os encargos do processo executivo, nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento, conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

3. Ora, de acordo com os documentos constantes no correspondente processo, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, a dívida exequenda ascende a € 332,80, à qual acrescem juros de mora e custas processuais, associadas ao processo de execução fiscal². -----

4. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 10 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

5. Contudo, atento o montante em dívida, será possível o pagamento faseado da mesma em três prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 110.93, ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta.

6. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5.000. -----

7. Refira-se, contudo, que estando dispensado de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seu termos, por força do disposto no n.º4, do artigo 200.º, do CPPT. -----

8. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do art.198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. ---

III - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada no deferimento do pagamento da quantia em dívida, em três prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 110,93, de acordo com o quadro legal aplicável, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende as custas processuais e os juros de mora, associados, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário

² Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo assim, a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais e taxa de justiça; -----

d) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, **o requerente está dispensado de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 22 de outubro de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista (Ana Tomaz) -----

Em anexo: Os Autos de Execução Fiscal Administrativa n.ºs: 335/18, 336/18, 337/18, 338/18, 339/18, 340/18, 341/18, 342/18, 343/18, 344/18, 345/18, 346/18, 347/18, 348/18, 349/18 e 350/18, cujo executado consta Vicente Ferreira Cardoso Reis. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018/10/23 -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento as normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ DE 2018.10.25. ---

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL. DANIEL SOUSA GASPAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº188/SHSDPC/N.º85/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.02. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. Deverá o presente assunto ser agendado para uma próxima reunião do órgão executivo municipal. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ DE 2018.10.23. ---

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Considerando a ausência de documentos instrutórios indispensáveis à apreciação do pedido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir a pretensão do interessado. Proceda-se à audiência dos interessados, nos termos gerais, do CPA. Notifique-se. -----

2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº189/SHSDPC/N.º86/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.03-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.17. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.18. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ELISABETE MARIA MESQUITA BASTOS RIBEIRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº194/SHSDPC/N.º88/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.09-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.17. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.18. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JOÃO PAULO LIMA FERNANDES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº195/SHSDPC/N.º89/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.09-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.17. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.18. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Senhor Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

5. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. CRISTINA MARIA SILVA PENAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº201/SHSDPC/N.º91/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.15-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.23 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, retomando a sua participação na reunião. -----

6. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ANA PAULA DE JESUS CHINA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº203/SHSDPC/N.º93/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.15-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.23 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA MANUELA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº204/SHSDPC/N.º94/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.16-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.23 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 9. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 15/92, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 24/18 - ALMOR FERNANDES JESUS - CAMINHO DAS CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 16.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta Autarquia com o n.º 82, de 09 de janeiro de 2018, que deu origem ao processo nº24/18, vem o Sr. Almor Fernandes Jesus requerer a alteração da licença de operação de loteamento titulada com o alvará de loteamento n.º 15/62 que o incide sobre lote n.º 3, do loteamento com alvará n.º15/92 e posterior aditamento (2011/05/12), sito no caminho das Casas dos Montes, na Freguesia de Santa Maria Maior, vem requerer o licenciamento da alteração ao referido alvará (2º aditamento ao referido alvará) no que respeita às especificações do lote n.º 03.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO LOTE-----

Face à Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo Predial de Chaves CCRP, apresentada, o prédio urbano n.º 8118/20080403 da freguesia de Santa Maria Maior, situa-se em Caminho das Casas dos Montes, possuindo uma área total de 620m² e uma área descoberta de 620m², composto de lote n.º3 - terreno para construção, confronta de norte, com os lotes 1 e 2, de nascente com Norberto dos Anjos Fernandes, de sul com o lote 4 e de poente com arruamentos - desanexado do n.º 02000/270992 - Chaves 498/20071024 -

Santa Maria Maior, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo nº3574 a favor de Almor Fernandes de Jesus.-----

3. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

Junta para o efeito os elementos abaixo indicados, conforme o estabelecido na parte I e na parte III, do anexo I e no anexo II, da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril e com o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015, RMUE.-----

Peças escritas e desenhadas em formato digital:-----

CD contendo as peças escritas e desenhadas, acompanhado de Declaração de Responsabilidade de Compatibilidade entre papel e formato digital

Peças escritas em formato analógico:-----

Requerimento;-----

Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao lote n.º 03 na qual se pode ler que o requerente é proprietário do referido lote;-----

Cópias das Certidões da conservatória do registo predial dos lotes n.º 3 a n.º 6, para efeitos da notificação dos restantes proprietários, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 11º, do RMUE;-----

Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto de alterações ao loteamento 15/92, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----

Comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional;-----

Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----

Termo de responsabilidade do técnico autor do plano de acessibilidades;-----

Termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de alteração às especificações do alvará de loteamento 15/92;-----

Memória descritiva e justificativa;-----

Nota descritiva do plano de acessibilidades presente na memória descritiva;-----

Relatório de recolha de dados acústicos;-----

Peças gráficas:-----

Planta de síntese do alvará existente, à escala 1:500;-----

Planta de alterações, à escala 1:500, com o código de cores, previsto no artigo 15.º do RMUE;-----

Planta Síntese, à escala 1:500;-----

Ficha do lote, alvo de alterações (lote nº 03);-----

Plano de acessibilidades.-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico de Urbanização e Edificação -----

Nos termos do artigo 27.º do Decreto Lei 555/99, 16 de dezembro, na redação atual, o pedido do interessado, enquadra-se numa alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 15/92 emitido em 20/08/1992, em nome do Sr. Norberto dos Anjos Fernandes e posterior aditamento.-----

Enquadra - se ainda no Decreto - lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais.-----

4.2 Nas disposições do Plano Diretor Municipal de Chaves(3), PDM-----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34-A do PDM, o prédio insere-se em da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves);-----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 34-A do PDM, sobre o terreno não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública.-----

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**5.1 Alterações resultantes do presente pedido de alteração à licença Lote n.º 03 -----**

- Aumento da área total de implantação em 97,00m², passando de 120,00m² para 217,00m²;-----

- Aumento da área total de construção em 247,00m², passando de 240,00m² para 487,00m²;-----

- Aumento do n.º de pisos, passando de 2 pisos, para 3 pisos, sendo 2 acima da cota de soleira e 1 abaixo da mesma cota.-----

5.2 Especificações resultantes do presente pedido de alteração à licença-----**Lote n.º 03 -----**

Área do lote - 620,00m²;-----

Área de implantação - 217,00m²;-----

Área de construção - 487,00m²;-----

Finalidade - Habitação unifamiliar;-----

Área de anexos - 0,00m²;-----

Cércea máxima - 7,5m;-----

n.º de pisos - 3 pisos, (sendo 2 acima da cota de soleira e 1 abaixo da mesma cota);-----

Quadro sinóptico, resultante da 2.ª alteração ao alvará de loteamento

2.ª Aditamento, ao Alvará de loteamento n.º 1/91, entretanto caducado e posteriormente emitido o n.º 15/92				
QUADRO SINÓPTICO				
Área total do(s) prédio(s) abrangido(s) pela operação de loteamento			14.350,00	5.740,00
Área total do(s) prédio(s) a lotear			7.084,00	
Área sobranete			7.266,00	
Área de cedência ao domínio público	Espaços verdes e/ou de utilização colectiva		1.642,00	5.442,00
	Infraestruturas	1.642,00		
	Equipamentos públicos			
Outras cedências				
Área bruta de construção para efeitos de cálculo do índice de construção			2.864,35	716,09
Área de implantação para efeitos de cálculo do índice de implantação			1.458,60	
OBS:	Índice de construção (m ² /m ²)			
		0,404		

Alterações resultantes do presente pedido, relativamente ao Alvará do loteamento n.º 15/9292 e posterior aditamento (2011/05/12)-----

³ Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e ulteriores alterações-----

Lote			Área de implantação (m² máx)	Área de implantação Anexos (garagem) Total (m² máx)	Área bruta de construção (m²)							Área de construção para efeitos de IC (m²) (máx)	N.º de pisos		N.º de fogos estacionamento	Volume da construção (m³)
N.º	Área (m²)	Finalidade			Habituação	Comércio	Serviços	Indústria	Garagens	Anexos	Total (m² máx)		Acima da CS	Abaixo da CS		
1	383,00	Hu	100,00		200,00						200,00	200,00	2	0	1 2	600,00
2	320,00	Hu	100,00		200,00						200,00	200,00	2	0	1 2	600,00
3	620,00	Hu	120,00		240,00						240,00	240,00	2	0	1 3	720,00
4	620,00	Hu	120,00		240,00						240,00	240,00	2	0	1 3	720,00
5	620,00	Hu	120,00		240,00						240,00	240,00	2	0	1 3	720,00
6	573,50	Hu	120,00		240,00						240,00	240,00	2	0	1 3	720,00
7	345,00	Hu	80,00		160,00						160,00	160,00	2	0	1 2	480,00
8	255,00	Hu	75,00		200,00						200,00	200,00	2	0	1 2	600,00
9	337,50	Hu	100,00		200,00						200,00	200,00	2	0	1 2	600,00
10	432,00	Hu	100,00		200,00						200,00	200,00	2	0	1 2	600,00
11	468,00	Hu	100,00		200,00						200,00	200,00	2	0	1 2	600,00
12	468,00	Hu	120,75	105,85	241,50				42,00	63,85	347,35	347,35	2	0	1 2	724,50
TOTAL			5.442,00	1.255,75	105,85	2.581,50			42,00	63,85	2.667,35	2.667,35			12 28	7.684,50

Capacidade construtiva-----

Quanto às regras de edificabilidade, subentende-se que a pretensão não representa qualquer modificação ao nível da cêrcea estabelecida na frente urbana, por quanto não há alteração quanto ao n.º de pisos acima da cota de soleira, bem assim, a implantação e muros de vedação confinantes com via pública, adequa-se aos alinhamentos especificamente estabelecidos para o local, previamente definidos, cumulativamente a área total de implantação (217m²) é inferior a 80%X 620m² (496,00m²) assim pretensão conforma-se com o n.º 2, do artigo 19, do Regulamento do PDM:-----

Contudo, dado não existir qualquer informação acerca da moda da cêrcea da frente urbana de referencia, para a categoria de espaços, considera-se a edificabilidade condicionada á aplicação dos parâmetros constantes no ponto i), da alínea a1), do n.º2, do artigo 19.º, do regulamento do PDM, na sua versão atual, ou seja, a área de construção a contabilizar para efeitos do cálculo do índice de construção é de 2.864,35m². Sendo a área do terreno a lotear de 7.084.00m², pode-se concluir que, o índice de construção obtido é de **0,404m²/m²** (2.864,35m² / 7.084,00m²), respeita o previsto para o local de 1,2m²/m², de acordo com o previsto no n.º2, do artigo 19.º do Regulamento do PDM, na sua última versão.-----

Refere-se ainda que, a metodologia adotada por estes Serviços Técnicos, tendo em vista a determinação do índice de construção (Ic) máximo aplicado a cada um dos lotes é a seguinte:-----

Área bruta de construção = Ic x Área do total do prédio a lotear,----

Ic (máximo de cada lote) = Área bruta de construção / Área dos lotes

No presente pedido de alteração verifica-se o seguinte:-----

Área bruta de construção = 8500,80m² (1,2 x 7.084,00m²), -----

Ic (máximo de cada lote) = 1,56m² (8500,80m² / 5.442,00m²)-----

Da análise do presente pedido de alterações às especificações do lote n.º 03, o índice de construção (Ic) proposto para o lote em questão é de **0,79m²/m²** (487,00m² / 620,00m²), pelo que, conclui-se que o mesmo cumpre o Ic máximo admitido para cada lote (1,56m²/m²),-----

Áreas de cedência ao município-----

No que respeita ao regime de cedências em loteamentos, de acordo com o n.º 2, do artigo 21.º do regulamento do PDM, relativamente ao 2.º pedido de alterações à licença verifica-se o seguinte:-----

Área total do terreno a lotear	7.084,00m ²
Área bruta de construção	2864,35m ²
Espaços de circulação	1.642,00m ²
Espaços verdes e de utilização coletiva	0,00m ²
Equipamentos	0,00m ²

Quadro I

N.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M.

a)	$1.642,00\text{m}^2 + 0,00\text{m}^2 + 0,00\text{m}^2 \leq 40\%$ (de 7.084,00m ²) esp. circulação + esp. verdes + equipamentos $\leq 40\%$ da área do terreno	$1.642,00\text{m}^2 \leq 2.833,60\text{m}^2$
b)	$0,00\text{m}^2 \leq 25\%$ (2.864,35m ²) equipamentos $\leq 25\%$ da a.b. de construção	$0,00\text{m}^2 \leq 716,09\text{ m}^2$
c)	$1.642,00\text{m}^2 + 0,00\text{m}^2 \leq 15\%$ (de 7.084,00m ²) esp. circulação + esp. verdes $\leq 15\%$ da área do terreno	$1.642,00\text{m}^2 \geq 1.062,00\text{m}^2$

Conforme leitura do quadro I, cumpre-me referir o seguinte:-----
O pedido de alteração à licença, para efeitos do regime de áreas de cedência em loteamentos, consubstancia aumento da área bruta de construção em **247,00m²** (240,00m²-487,00m²) considera-se que apenas recai o previsto na alínea b) n.º2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M. no respeitante às alterações introduzidas (aumento da área bruta de construção em 247,00m²) não se aplicando as restantes alíneas do mesmo artigo, pelo motivo da área do terreno inicial se manter inalterável.-----

Face ao exposto, e aplicando a norma retro citada, deveria os requerentes compensar o município pela área não cedida para equipamentos públicos correspondente a **61,75m²** [$0,00\text{m}^2 \leq 25\%$ (**247,00m²**) = $0,00\text{m}^2 \leq 61,75\text{m}^2$]]. -----

No entanto e seguindo o critério aplicado por estes serviços em casos similares, nomeadamente quando a área a exigir espaços públicos de acordo com a alínea c), do n.º2, do artigo 21.º do regulamento do P.D.M., for superior à máxima exigível [área a mais de **580m²** ($1.642,00\text{m}^2 - 1.062,00\text{m}^2$)], isto é, o excedente (**580,00m²**), for superior ao máximo exigível para equipamentos públicos (**61,75m²**), considera-se dispensar os requerentes de qualquer forma de compensação ao município, pela área não cedida.-----

Áreas para estacionamento de veículos-----

O presente pedido de alterações à licença, com incidência no lote n.º 03 da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 15/92 emitido em 20/08/1992, e posterior aditamento (2011/05/12), respeita os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º do regulamento do PDM, no que respeita ao estacionamento a exigir, conforme o quadro explicativo que se segue: -----

Quadro II

Estacionamento privado					
Lote	Área de Construção (m ²)	Área de Habitação	Fogos	Estacionamento Exigido PDM (uni)	Estacionamento Previsto (uni)
03	487,00m ²	487,00m ²	1	$2 + 1 = 3$ 3 uni.	$2 + 1$ 3 uni.

No que respeita aos lugares de estacionamento públicos a exigir, uma vez que o PDM sobre esta matéria nada refere, estes serviços consideram o estipulado na Portaria 216-B/2008 de 3 de Março "O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público".-----

Analizadas as peças desenhadas constantes do processo administrativo e a situação presente no local, pode-se concluir que os arruamentos e passeios que circunscrevem a operação de loteamento em apreço, já se encontram materializados no local, pelo facto do alvará de loteamento

inicial (alvará n.º 15/92) não ter previsto lugares de estacionamento públicos. Face ao desenho urbano previsto para o local, não se verifica a possibilidade de previsão de lugares de estacionamento público, pelas razões anteriormente enunciadas, considerando-se que, do ponto de vista urbanístico poderá ser dispensado o cumprimento das regras estabelecidas sobre a matéria, relativa ao cumprimento do estacionamento público.-----

6. CONSIDERAÇÕES DO PARECER-----

6.1. Analisando os elementos entregues, o pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril e com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;-----

6.2. Considerando que o pedido em análise se conforma com os parâmetros urbanísticos previstos no Plano do Diretor Municipal e as especificações preconizadas são passível de se integrar na envolvente sem gerar constrangimentos;-----

6.3. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, a alteração à licença de operação de loteamento só é precedida de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º 2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verifica no caso em apreciação;-

6.4. Nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Decreto acima referido, em articulação com o n.º 2, do artigo 11.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a alteração à licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer se ocorrer oposição escrita dos titulares da maioria da área dos lotes constantes do alvará, nesse sentido na sequência da informação n.º 1051/DGOT/2018, com despacho de 17/07/2018, foi afixado o Edital n.º 71/18 pelo prazo de 10 (dez) dias;-----

6.5. Decorrido o prazo estabelecido para os proprietários de todos os lotes se pronunciarem sobre a 2.ª alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento n.º 15/92, não ocorreu qualquer tipo de oposição escrita por parte dos mesmos.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Face ao exposto, sou a propor que seja adotada deliberação no sentido de deferir o 2.º pedido de alteração á licença titulada pelo alvará de loteamento n.º 15/92;-----

Neste contexto, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 76.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e subseqüentes alterações, deve ser comunicado ao requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 2.º Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 15/92 (sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2, do artigo 71.º do mesmo diploma legal), devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares).-----
 - Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----
 - Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas.-
- Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua ultima versão, as quais se encontram estabelecidas no n.º 2, do artigo 45.º, do "Regulamento

Municipal de Urbanização e de Edificação e tabela de taxas e licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas”;-----
Após a emissão do referido título de aditamento ao alvará deverão ser cumpridas as formalidades de publicidade previstas no artigo 78.º do diploma legal retro citado, bem como proceder à comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, para efeitos de averbamento, conforme previsto no n.º 7, do artigo 27.º, do diploma legal mencionado. -----

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.10.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do pedido de alterações à licença do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 15/92, nos termos e para os efeitos preconizados no item “7. Proposta de Decisão” deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.24. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 298/18 – MARIA CONCEIÇÃO VIEIRA LOPES – RUA COMENDADOR PEREIRA DA SILVA, N.º 30, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 16.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Pretensão do requerente -----

1.1. Introdução-----

Através de requerimento n.º 842/18 a Sr. Maria Conceição Vieira Lopes na qualidade de proprietária vem dar início ao processo n.º 298/18 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE) a legalização da obra de edificação destinado a comércio, serviços e habitação na rua Comendador Pereira da Silva n.º 30.-----

Por requerimento n.º 2132/18 vem ainda solicitar licença especial de legalização pelo prazo de um mês por se verificar a necessidade de obras de correção e ainda apresentar elementos inerentes as necessidades pontadas em auto de vistoria abaixo identificado.-----

1.2. Antecedentes-----

Existe em arquivo desta edilidade os seguintes elementos:-----

Processo caducado em nome de 1973 António Joaquim Lopes-----

Loteamento em nome de António Joaquim Lopes n.º5/76 onde se insere a construção-----

Certidão de isenção de licenciamento indeferida por existir nesta edilidade os elementos supra citados.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e no n.º 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). -----

3 Enquadramento da pretensão-----

3.1. No regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

3.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE). Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

3.3. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que está na Classe1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U1- Cidade de Chaves-----

4. Análise -----

4.1. Caracterização-----

O projeto de arquitetura apresentado refere-se a uma construção a legalizar composta de dois pisos acima da cota de soleira destinada a habitação unifamiliar e comércio e/ou serviços enquadrando-se com a envolvente e ainda dos respetivos muros de vedação.-----

A proposta apresenta as seguintes áreas os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

Área do terreno (toda integrada em U1) -428.6m2 -----

Área bruta de construção -254.35m2-----

Ic=059/m2-----

Cércea-6.05m-----

Área de implantação- 120.85m2-----

Nº de pisos-2 acima da cota de soleira-----

Volume da construção -768.87m3-----

Toda a construção se encontra na faixa de 30m do caminho público.----

Pretende-se ainda legalizar os muros de vedação sendo o frontal numa extensão de 19.85 metros.-----

4.2. Análise da pretensão e no referente ao licenciamento especial de legalização -----

É pretensão do requerente a legalização de um imóvel destinado a habitação, de dois pisos numa área bruta total de 254.35m2 com a caracterização acima identificada.-----

A edificabilidade, inserida em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos (projetos de loteamentos ou planos de urbanização) cumpre o nº2 do artigo 19 do regulamento do PDM a saber: A edificação do imóvel, cumpre a moda existente em função do cumprimento (2 pisos) e alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio.-----

Refira-se ainda que cumprindo a moda da envolvente, o mesmo ainda cumpre o índice previsto para o local dado que é $I_c < 1.2$. -----
 A área total de implantação de 120.85m² é inferior a 65% de 428.6m² cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulado.-----
 A implantação da construção encontra-se toda em espaço urbano e a uma distancia do caminho publico inferior a 30m.-----

O muro de vedação segue os alinhamentos de muros vizinhos existentes
4.3. Analise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 14 de junho ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas deficiências de acordo com o retratadas no auto de vistoria n.º47/2018.-----

Por requerimento nº2132/18 o peticionário visa-as sanar, solicitando ainda e para o efeito, licença especial de legalização pelo prazo de um mês de forma a proceder à demolição dos anexos de caracter precário ai existentes e que não se enquadram com a construção e envolvente.--

5. Parecer-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 14 de junho e elementos posteriormente apresentados foi verificado a necessidade de obras de correção (demolição de anexos)-----

6. Proposta de decisão -----

Pelo exposto, no ponto 4 e 5 propõe-se o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação de um imóvel destinado a habitação e comercio e/ou serviços, pelo prazo de um mês.-
 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março.-----

- Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Taxas administrativas- TA

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			

Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 6	Edifícios mistos, por fogo ou unidade de ocupação			
a)	Fogos			
ii)	De 101 m2 a 150 m2	1	75,65 €	75,65 €
b)	Unidade de ocupação			
ii)	De 101 m2 a 300 m2 de área bruta de construção	1	162.10 €	162.10 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			314.42 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI) -

QUADRO I				custos (C)		Ci/m
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Ci/m-€ /m
	Faixa de rodagem					
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa		7		14.21	99.47
	Passeios					0.00
	- Lancil (Betão)	2		17.63		35.26
	- Pavimento (blocos de betão)	1	2.6		15.92	41.39
REDE DE ÁGUA		1		21.61		21.61
REDE DE ESGOTOS		1		34.12		34.12
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1		45.49		45.49
C - custo das obras existentes na via pública / m- €/m						277.34
m - frente do terreno que confronta com a via pública						19.85
Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25					T =	1,376.31€

Cálculo das taxas de Vistorias TV

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 76º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	54,00 €	54,00 €
TOTAL				54.00 €

taxas administrativas-TA	314.42 €
taxas de infraestruturas-TI	1376,31€
taxas de vistorias TV	54.00 €
Valor total	1744.73 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.10.2018:-----
Visto. Concordo. Atenta a fundamentação de facto e de direito consubstanciada na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação

urbanística descrita nesta peça escrita (edifício de dois pisos, em que o rés-do-chão se destina a comércio e serviços e o primeiro andar a uma habitação unifamiliar), o qual deverá ser titulado pro alvará de licença especial de legalização, a requerer pela empresa interessada, nos termos e para os efeitos preconizados neste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.24. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. EMPREENDIMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – PROCESSO N.º 720/18 – HUMBERTO OLIVEIRA SILVA – LUGAR DE VALE DO FORNO, PORTELA, SELHARIZ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 18.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.10 requerente acima referido na qualidade de proprietário de vários artigos, sitos no Lugar de Vale de Forno, Portela – Selhariz, na União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, em Chaves, nos termos do artigo 14.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, consagrado no DL 136/2014 de 09 de setembro de 2014, solicitou Pedido de Informação Prévia relativo a um Empreendimento Turístico em Espaço Rural sob a classificação de “Casas de Campo”, a designar por “Vidago Eco Houses”, a levar a efeito em seis parcelas de terreno do qual é proprietário e que perfazem uma área de 8.772,00m² – conforme certidões da Conservatória do Registo Predial - ;-----

2. Enquadramento da Pretensão nos Instrumentos de planeamento em vigor – PDM-----

2.1No passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves,----

2.1.1Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas;-----

2.2De acordo com extrato da planta nº 61A do Plano Diretor Municipal, os terrenos localizam-se, em classe 4 – Espaços Agrícolas e florestais, subcategoria 4.3.A – Espaços Agro-florestais comuns;-----

2.3De acordo com o Regulamento do PDM aplicam-se à pretensão todas as disposições do artigo 38.º;-----

3. Servidões e Restrições de ordem pública-----

Sobre o terreno, não impendem servidões ou restrições de ordem pública.-----

4. Análise do pedido-----

4.1Da análise dos elementos apresentados em articulação com o descrito memória descritiva e peças desenhadas, o requerente, na presente data

é detentor de quatro artigos rústicos, que perfazem apenas uma área de 8.772,00m²;-----

4.2No entanto o Técnico autor do projeto informa que a área real do terreno é de 22.595,00m², e que o promotor já promoveu o processo de atualização/correção das áreas registadas e respetivos limites, encontrando-se em fase de submissão e aprovação;-----

4.3Nos termos do artigo 14.º, do DL 136/2014 de 09/09 - Pedido de Informação Prévia - o requerente pretende ver esclarecidos aspetos referentes a um Empreendimento Turístico em Espaço Rural sob a classificação de "Casas de Campo", tendo por base a sustentabilidade e a utilização dos recursos ambientais com respeito pela natureza e bio diversidade.-----

A intervenção passa por manter alguma identidade rural do local, reconstruindo muros de pedra, e alterando minimamente as características morfológicas do terreno.-----

As construções previstas sob a forma casas de campo assentam no conceito de técnicas de construção pré-fabricadas, recorrendo ao uso de madeira, ferro e vidro pousadas em muros de granito, e prevendo também o uso de materiais reciclados;-----

No que se refere ao espaço não edificado, o requerente propõe-se mantê-lo como exploração agrícola, e os demais não impermeabilizado, mantendo o revestimento natural existente; -----

O requerente pretende dividir a execução do empreendimento por quatro fases.-----

4.4Com base na **previsão** da correção das áreas dos artigos, são propostos/previstos os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

- Área total do terreno (prevista) - 22.595,00m² -----
- Área de Implantação - 1.092,35m²-----
- Área de construção para efeito de I_c - 957,05m²-----
- Área de solo impermeabilizada - 1092,35m²-----
- Unidades de Alojamento - 15 -----
- Tipologias - 9 T1 + 5 T2 + 1 T0-----
- Cércea - varia entre os 3m e os 6m-----
- I_c 0,042m²/m²-----
- Estacionamento -15 lugares formais (incluindo um destinado a pessoas com mobilidade reduzida)-----

5. Considerações fundamentadoras da proposta de decisão-----

5.1Considerando que o estudo apresentado demonstra, nesta fase, qualidade arquitetónica de conceção na sua relação com a envolvente e em si própria;-----

5.2Considerando que estes Serviços Técnicos entendem que o pedido de Informação Prévia formulado, poderá vir a ser atendido favoravelmente numa fase posterior por não violar nenhuma norma referente ao Regulamento do PDM de Chaves descritas e ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e demais legislação em vigor;-----

5.3Considerando que embora a área registada na Conservatória do Registo Predial diga respeito apenas a quatro artigos e perfaça 8.772,00m², o Técnico autor do projeto informa que a área real do terreno é de 22.595,00m², e o promotor já promoveu o processo de atualização/correção das áreas registadas e respetivos limites, encontrando-se em fase de submissão e aprovação, no entanto para efeitos legais de pronúncia e análise, é obrigatório a apresentação das Certidões da Conservatória do registo predial devidamente atualizadas em termos de áreas e demais descrições, situação que neste momento não se verifica; -----

6. Proposta de decisão-----

6.1 Face ao descrito anteriormente e de acordo com o descrito no artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 09/09, estes Serviços entendem emitir parecer desfavorável ao pedido de Informação Prévia formulado através de requerimento n.º 1890/18 de 07/09/2018, tendo por referência apenas a não correspondência das áreas constantes nas certidões da Conservatória do Registo Predial;-----

6.2 De referir, que em termos substantivos estes Serviços estarão disponíveis para emitir parecer favorável ao processo desde que as áreas descritas coincidam com as áreas representadas em projeto.-----

6.3 Mais se informa que de acordo com a Portaria 113/2015 de 22 de abril, deverão também ser apresentadas Plantas das infraestruturas locais e ligações às infraestruturas gerais, a fim de se solicitarem pareceres internos aos Serviços competentes;-----

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente à emissão de um parecer desfavorável relativamente ao pedido de informação prévia da operação urbanística em causa (Empreendimento turístico em espaço rural - Casas de Campo), pelas razões invocadas na alínea 6.1, do item "6-Proposta de Decisão" deste documento.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima anunciada.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.18. -----

Visto. Concorro proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 1/2002, PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE CÁLCULO DE VALOR DE COMPENSAÇÃO AO MUNICÍPIO - PROCESSO N.º 6/09 - QFN - QUINTA DA FONTE NOVA, EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A. - QUINTA DA FONTE NOVA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 17.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.1 A empresa requerente acima referida, na qualidade de titular, solicitou, através de requerimento 2155/18 de 15 de outubro de 2018, referente ao processo n.º 06/09, correção à informação técnica de 20 de setembro de 2018, com Despacho de 14 de setembro de 2018 e constante na Certidão de 28 de setembro emanada da Reunião do Executivo Municipal e que tem a ver com o cálculo do valor da compensação a pagar ao Município por áreas não cedidas para Equipamentos;-----

1.2 A referida Certidão tem a ver com o pedido de alterações às condições da licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 1/2002,

sito na Fonte Nova, emitido em nome de QFN Empreendimentos Imobiliários, S.A. freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, com incidência nas especificações de vários parâmetros urbanísticos, diminuição do número de lotes e configuração dos mesmos, e ainda com áreas não cedidas ao domínio público e respetiva compensação ao Município;-----

1.3 De acordo com a informação técnica presente em Reunião de Câmara foram descritos, conforme memória descritiva e peças desenhadas presentes no processo administrativo os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

- Área do terreno (mantém-se inalterada) - 27.047,00m²-----
 - Área do prédio a lotear - 27.047,00m²-----
 - Área dos Lotes (mantém-se inalterada havendo transferência entre eles conforme retratado na peça desenhada n.º 03) - 11.725,00m²-----
 - Área bruta de construção - aumento de 7.544,77m² (em relação ao alvará n.º 1/2002, em 4/03, retificado em 18/02/03) - **área calculada por lapso** -----

- Número de lotes - Passa de 24 para 12 -----
 - Área de cedência ao domínio público (redistribuída) - 15.317,00m²
 Espaços verdes e de utilização coletiva - 7.717,00m²-----
 (Arruamentos e estacionamento - 3.372,00m²-----
 Passeios e Veredas - 4.228,00m²)-----
 Infraestruturas - 7.600,00m²-----
 Equipamentos - 0,00m²-----

2. Análise do pedido-----

2.1 De acordo com correção agora formulada e depois de ter havido uma reunião prévia, entre estes Serviços Técnicos, o Técnico Autor do projeto e o Representante da Empresa, logo se detetou que a área que entrou como aumento de área de construção - 7.544,77m² - e que deu origem à previsão de um suposto pagamento de compensação por áreas não cedidas para equipamentos, resultou na análise do Alvará inicial 1/2002, apenas do somatório das áreas acima da cota de soleira e das áreas abaixo da cota de soleira apenas para as habitações unifamiliares, descurando as caves para estacionamento dos edifícios destinados a habitação coletiva;-----

2.2 Fazendo novamente uma análise aos Quadros sinópticos apresentados, verifica-se que o quadro constante no Alvará Inicial n.º 1/2002, totaliza uma área de construção total de **39.390,00m²** (28.356,00m²+ 11.034,00m²);-----

2.3 Quanto ao Quadro sinóptico objeto do presente aditamento reporta uma área de construção total de **36.950,80m²** (22.117,80m²+1.593,20m²+1.959,80m²+2.294,30m²+ 8.985,00m²);-----

2.4 Comparando os valores referidos nos pontos anteriores verifica-se em contraponto com a informação técnica anterior, **uma redução da área total construção em 2.439,23m²**; -----

3. Considerações do Parecer / Proposta de Decisão-----

3.1 Considerando que na informação anterior foi feita referência ao dimensionamento das áreas de cedência que deviam integrar o domínio público municipal para equipamentos, a exigir de acordo com o estipulado no regulamento Municipal, uma vez que estas estão diretamente ligadas à área de construção, neste caso, pelo aumento da área de construção de 7.544,77m², por aplicação da alínea b), do n.º2, do referido artigo 21.º, essa área daria origem à cedência de 1.886,19m² para Equipamentos públicos, facto pelo qual a Empresa requerente teria que compensar o Município em **€ 113.737,26**;-----

3.2 Considerando que tal condição já não se aplica, conforme já se encontra explanado nos pontos anteriores e nos quadros explicativos que se seguem;-----

Quadro apresentado na informação de 10/09/2018 presente em reunião de câmara-----

LOTE	ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL ALVARÁ INICIAL	ADITAMENTO ALVARÁ
1	6.515,00	5.865,26
2	1.294,00	7.222,38
3	1.950,00	9.283,82
4	1.900,00	8.432,56
5	3.950,00	
6	1.586,00	
7	1.575,00	
8	1.848,00	
9	2.040,00	
10	2.548,00	3.626,75
11	225,00	75,00
12	225,00	75,00
13	225,00	75,00
14	225,00	75,00
15	225,00	75,00
16	225,00	75,00
17	225,00	75,00
18	225,00	75,00
19	225,00	75,00
20	225,00	75,00
21	225,00	75,00
22	225,00	75,00
23	225,00	75,00
24	225,00	75,00
	28.356,00	1.050,00
	29.406,00	36.950,77
7.544,77		

Quadro Retificado

LOTE	ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL ALVARÁ INICIAL	ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL ADITAMENTO ALVARÁ
1	6.515,00	2.578,00
2	1.294,00	1.510,00
3	1.950,00	1.032,00
4	1.900,00	1.062,00
5	3.950,00	1.500,00
6	1.586,00	278,00
7	1.575,00	320,00
8	1.848,00	375,00
9	2.040,00	510,00
10	2.548,00	819,00
11	225,00	75,00
12	225,00	75,00
13	225,00	75,00
14	225,00	75,00
15	225,00	75,00
16	225,00	75,00
17	225,00	75,00
18	225,00	75,00
19	225,00	75,00
20	225,00	75,00
21	225,00	75,00
22	225,00	75,00
23	225,00	75,00
24	225,00	75,00

	28.356,00	11.034,00	
	39.390,00		36.950,77
-2.439,23			

3.3 Face ao exposto, e em relação à norma retro citada, a Empresa requerente não terá que compensar o município por qualquer área não cedida por não haver qualquer aumento da área de construção e se manterem inalterados os demais parâmetros urbanísticos;-----

3.4 Mais se informa que tudo o resto vertido na anterior informação técnica se mantém válido, dispondo a empresa requerente do prazo de um ano para apresentar as obras de urbanização indispensáveis à concretização das alterações ao loteamento sob a forma de comunicação prévia, conforme descrito na alínea b), do n.º4, do artigo 4.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, ou pode ainda optar pelo regime de licenciamento das mesmas, conforme descrito no n.º6 do mesmo artigo;-----

3.5 Neste sentido, sou a propor que a presente informação seja presente em reunião do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Empresa requerente.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.10.2018:-----

Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito expressa na presente informação, sou a propor que, atento o disposto no artigo 174º do Código de Procedimento Administrativo, sejam superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à rectificação do acto administrativo praticado, no âmbito deste processo, em reunião de Câmara realizada no pretérito dia 20 de Setembro, nos termos e para os efeitos propostos nas alíneas 3.1 a 3.5, do item "3. Considerações do Parecer / Proposta de Decisão" deste documento.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.18. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A CONJUNTO DE TRÊS ARMAZÉNS, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE ARQUITETURA - PROCESSO N.º 659/18 - ORLANDO PEÃO SÁ E MUNIVEL, LDA. - LUGAR DA SERRINHA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 16.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente -----

Veio o Sr. Orlando Peão de Sá e Munivel -mercearias Reunidas de Chaves na qualidade de proprietários através do requerimento nº 1736/18 dar início ao processo nº659/18 com vista ao licenciamento d/e uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na obra de construção de imóvel destinado a um conjunto de três armazéns nos

termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do RJUE (Regime jurídico de edificações e urbanização) no lugar da Serrinha Outeiro Seco. ---- Por requerimento nº 2067/18 o requerente apresenta elementos de forma a completar o pedido. -----

1.2. Antecedentes-----

Existe em arquivo um processo em nome de Adelino Sá referente à construção de um muro de vedação numa extensão de 413 metros e que culminou na licença com alvará nº 718/17. No mesmo refere-se que o pedido recai no prédio com registo na conservatória 00957/091189 com a área de 15717m2.-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O presente pedido de aprovação do projeto de arquitetura formulado pelo requerimento encontra-se convenientemente instruídos com os elementos constantes do ponto I do Anexo I (Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio) e com os constantes no nº 15 do ponto III (elementos específicos do licenciamento no caso de aprovação de projeto de arquitetura de obras de edificação, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, bem como todo o respeitante ao cumprimento de normas instrutórias referenciadas no art.º 13 do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o concelho de Chaves).-----

3. Enquadramento do pedido -----

3.1. Enquadramento no regime jurídico-----

O controlo prévio que recai na presente operação urbanística de edificação, consubstanciada, na obra de construção de imóvel, será, nos termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do RJUE (Regime jurídico de edificações e urbanização), o licenciamento.-----

3.2. Nos regulamentos municipais-----

A pretensão ora apresentada encontra-se sujeita a licenciamento nos termos do nº2 do artigo 5 do RMUE.-----

3.3. Enquadramento da pretensão nas disposições do PDM-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comun.

Por leitura da seção IX - situações especiais do regulamento do PDM prevê-se no seu artigo 58º a admissão da edificação de imóveis destinadas a instalações a atividades comerciais e de serviços desde que cumpram o aí disposto bem como no artigo 28 do PDM.-----

Nos termos da Planta de Condicionantes do Plano diretor Municipal, nada há a assinalar no que se refere à existência de quaisquer servidões administrativas e restrições de utilidade pública que interfiram com o prédio em causa.-----

4. Caracterização e análise da pretensão-----

O projeto de arquitetura apresentado refere-se à edificação de imóvel de 1 piso acima da cota de soleira destinado a Armazém com para comércio e serviços com a área bruta de 2225m2 num prédio rústico de 10212.00m2.-----

A área de edificação ora pretendida ($=2225m^2$) encontra-se dentro dos parâmetros urbanísticos relativos à categoria nomeadamente os previstos no Artº 58 do Regulamento do Plano Diretor Municipal dado que é inferior à edificabilidade máximo correspondente à aplicação do $Ic=0,25$ que para uma área de terreno ($A=4430m^2$) seria de $1107.5m^2$.----

- Verifica-se ainda por correlação com o artigo 28 do PDM que o prédio rustico confronta numa extensão superior a 20 m com o caminho

público e que possui dimensões que permite a inscrição de um retângulo de 20mx30m.-----

- Que a implantação do imóvel e a sua volumetria encontram-se de acordo com o disposto no n.º2 do artigo 28 do PDM. São previstos quatro lugares de estacionamento dando assim cumprimento ao disposto no ponto 1 e alínea d) do n.º3 do artigo 12 do regulamento do PDM. -----

- Por leitura dos elementos apensos ao processo a construção cumpre RGEU e demais legislação em vigor.-----

5. Responsabilidade -----

Os termos de responsabilidade apresentados de coordenador de projeto e de projeto de arquitetura se encontram devidamente instruídos nos termos do n.º I e n.ºII do anexo III da portaria n.º113/2015,acompanhados ainda da inscrição na ordem dos arquitetos e respetivo seguro.-----

O processo apresentado encontra-se acompanhado dos termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.-----

6. Considerações fundamentadas da Proposta de decisão-----

Concluindo , considera-se que o projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art. 20º do RJUE.e convenientemente instruídos com os elementos constantes do ponto I do Anexo I (Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio) e com os constantes no n.º 15 do ponto III (elementos específicos do licenciamento no caso de aprovação de projeto de arquitetura de obras de edificação, da Portaria 113/2015 de 22 de Abril , bem como todo o respeitante ao comprimento de normas instrutórias referenciadas no art.º 13 do RMUE (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o concelho de Chaves) e que o projeto apresentado cumpre as normas legais e em vigor no regulamento do plano diretor municipal ,no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

7. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado na presente informação, sou a propor a **aprovação** superior do projeto de arquitetura referente à edificação do imóvel destinado a armazém de uso para comercio e serviços supra identificada.-----

Nos termos da circular n.º27/2017 e por a área do imóvel destinado a comercio serviços ser superior a 300m2 deverá o processo ser encaminhado para reunião de Câmara para deliberação.-----

Caso superiormente seja aprovado o presente projeto de arquitetura e para que se possa proceder ao deferimento do licenciamento da obra deverá de acordo com o n.º4 do art. 20º do RJUE e no prazo de seis meses apresentar os projetos de especialidades com instrução estabelecida no n.º16 do ponto III, do anexo I da Portaria 113/2015. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente à aprovação do projecto de arquitetura referente à operação urbanística em presença (Construção de três armazéns em banda, destinados ao exercício de actividades comerciais e de serviços), nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 6 e 7 deste documento.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.17. -----
 À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ARMAZÉM DESTINADO A ARRUMOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 423/18 - MARTA FILIPA CUSTÓDIO LOPES FERREIRA ALVES - LUGAR DO CÔTO, ALMORFE, FREGUESIA DE MOREIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 15.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Introdução-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de um Armazém (com área bruta de construção existente de 50,00m2) e construção de uma habitação unifamiliar composta por 2 pisos, cave e r/c, localizando-se no Lugar do Coto-Almorfe-Moreiras, Freguesias de Moreiras, em Chaves.-----

II - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 1159/18 refere-se a uma edificação, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

Respeitando o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril relativamente aos Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 423/18 - a edificação objeto de intervenção situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

3.1.1- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 423/18 enquadra-se no preceituado no n.º 4 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) e o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

3.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 423/18, enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 5.º do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

III - Caracterização e Análise da Pretensão-----

Através do requerimento n.º 1159/18 apresenta projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar composta por 2 pisos, cave e r/c, com área de construção proposta de 337,44 m2 e legalização de armazém destinado a Arrumos com 50,00 m2 de área bruta de construção.- O terreno objeto de intervenção encontra-se registado na conservatória de registo predial, registo n.º 574/20020225, em nome do proponente,

com matriz rustica e artigo 1674, com área total de terreno de 4400,00 m2.-----

Posteriormente através do requerimento n.º 2142/18, vem a processo apresentar certidão de registo predial, registo n.º 574/20020225 em nome do proponente, com matriz urbano e artigo 518-P, com área total de terreno de 4400,00 m2.-----

O levantamento topográfico apenso ao processo, refere que o terreno possui uma área de 4400,00 m2. A construção proposta é destinada a habitação de cave (com área de 105,56 m2), r/c (com área de 231,80 m2) e armazém destinado a Arrumos (com área de 50,00 m2), com área total bruta de construção de 387,44 m2.-----

IV - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE. ----

V - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado, respeita o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, enquadrando-se ainda nos parâmetros urbanísticos referidos no Regulamento do PDM alterado e republicado em DR.-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se insere no perímetro de construção de Almorfe. -----

Considerando que a pretensão consubstancia duas situações distintas, uma a legalização de um armazém, e a outra de construção de uma habitação, propõe-se a análise.-----

1- Relativamente à Legalização do Armazém destinado a arrumos, cumpre informar:-----

Dada a pretensão, legalização da edificação existente- Armazém destinado a Arrumos -, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação, conforme auto n.º 65 de 12/06/2018, nada a opor.-----

O pedido formulado encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, com execução de obras, enquadrando-se assim, no n.º 2 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE, com a **emissão de licença especial de Legalização**.-----

O procedimento de legalização da edificação é precedido de Vistoria Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 65/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

2- Relativamente à Construção da habitação unifamiliar, cumpre informar:-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se adequa com as normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente a inserção

urbana, bem como se enquadra nos parâmetros urbanísticos referidos no Regulamento do PDM alterado e republicado em DR e o uso proposto que é habitação do tipo T4.-----

Considerando que a área bruta de construção proposta da habitação é de 337,44 m², de 2 pisos e armazém (com área de 50,00), sendo inferior à máxima admissível pelo cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da alteração ao regulamento do PDM (4400,00x0,8 =3520,00 m²).---

Considerando ainda, que consta do processo os termos de responsabilidade ao nível do projeto de arquitetura, em conformidade legal e regulamentar, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

Considerando que o projeto de arquitetura reúne os requisitos para ser deferido, nos termos no n.º 3 do artigo 20º do RJUE, com o condicionalismo da apresentação dos projetos de especialidade aplicáveis, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da respetiva deliberação, nos termos do n.º 4 do mesmo articulado legal.-
Relativamente às infraestruturas:-----

- De saneamento, serão garantidas através da construção de uma fossa séptica. -----

- De rede de abastecimento de água através da rede pública, com a edificação de ramal de ligação desde a conduta até ao contador. -----

- Da rede de abastecimento de eletricidade e telecomunicações através da rede elétrica existente.-----

VI - Proposta de Decisão-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

1- Propor a emissão da competente decisão administrativa de aprovação de licença especial de legalização referente ao armazém destinado a arrumos com área de 50,00 m².-----

2- Emissão da competente decisão administrativa deferimento do projeto de arquitetura, referente à construção de uma moradia unifamiliar e armazém, composta por 2 pisos e de área de 337,44 m².-----

3- Conceder o prazo de seis meses para o requerente, em conformidade com o disposto no ponto 4 do artigo 20⁴ do RJUE apresentar os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da moradia unifamiliar, e cumprimento do disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril relativamente aos Elementos instrutórios III, constantes do n.º 16 do Anexo I, nomeadamente:-----

a) Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -----

c) Projeto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projeto de águas pluviais; -----

e) Projeto de arranjos exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado; -----

f) Projeto de infraestruturas de telecomunicações; -----

⁴ Artigo 20.º Apreciação dos projetos de obras de edificação-----

4 - O interessado deve apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura caso não tenha apresentado tais projetos com o requerimento inicial.-

- g) Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro; -----
 i) Projeto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
 j) Projeto de condicionamento acústico; -----
 k) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; -----
 l) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.-----
 À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar as seguintes decisões administrativas:-----

1 - Deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística reportada na alínea 1, do item "VI - Proposta de Decisão" deste documento e referente a um armazém destinado a arrumos, com a área bruta de construção de 50,00 metros quadrados, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pela interessada;-----

2 - Aprovação do projecto de arquitetura da operação urbanística respeitante à edificação de uma habitação unifamiliar, com dois pisos, nos termos e para os efeitos preconizados nas alíneas 2 e 3, do item "VI - Proposta de Decisão" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.24. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 361/18 - ARTUR GONÇALVES - RUA CENTRAL N.º 8, SOBREIRA, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 12.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1004/18 e 1857/18, referente ao processo n.º 361/18, o Sr.º Artur Gonçalves- cabeça de casal da herança de, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção⁵ de uma habitação unifamiliar e anexo, situada na rua Central, n.º8 - Sobreira, freguesia de Águas Frias no concelho de Chaves.-----

⁵ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 372,90 m², está inscrito na matriz com o n.º 877 e omissa na Conservatória do Registo Predial, freguesia de Aguas Frias no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Não foram encontrados antecedentes do processo.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local da obra;-----
- Planta de localização à escala 1:5 000;-----
- Ortofotomapa;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declaração do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Quadro de áreas;-----
- Ficha de medição;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades;--
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Ficha de segurança contra incêndio;-----
- Termo de responsabilidade dos projetos térmico e acústico;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Fatura do telefone;-----
- Fatura da luz;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - NO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar e anexo.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 B, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----
 4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo, preconizando uma área bruta de construção de 251,70 m², 2 pisos e uma cerca de 7,5 metros.-----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de estabilidade, águas pluviais, abastecimento de água e águas residuais, termo de responsabilidade do projeto acústico e estudo de comportamento térmico. No que se refere às infraestruturas elétricas e de telecomunicações são apresentadas faturas. -----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-09-27, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 79/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de que, a habitação unifamiliar se encontrar em razoável estado de conservação, interior e exteriormente, havendo necessidade de obras de correção, que se prendem, com a colocação de um "tapa vistas", na varanda da habitação na parte contígua ao terreno vizinho (alçado posterior), bem como, a colocação de um corrimão nas escadas interiores de ligação entre os pisos. Estas desconformidades, foram comunicadas à representante do requerente presente no ato da vistoria, devendo ser apresentadas, fotografias comprovativas, de ter levado a efeito as correções referidas, aquando do pedido de emissão da autorização de utilização e caso a Câmara Municipal delibere favoravelmente o pedido de legalização da construção.-----

5.5- Respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.80 m²/m² aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 372,90 m² x 0,80m²/m² = 298,32 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 251,70 m², o que implica um índice de utilização de 0,67 m²/m² < 0,80 m²/m² (índice de utilização do local).-

5.6- As obras de construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e a subalínea iii) da alínea a1) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-

5.8- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 1 lugar de estacionamento automóvel, o qual, é igual ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar.-----

5.9 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de

responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 1.144,44 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 217,15 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.361,59 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foi levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.

8.2- Considerando, tratar-se de uma operação urbanística, em que não é possível, definir uma moda da cércea ou um alinhamento, a edificabilidade é condicionada pelo índice de construção do solo (ic), cércea e número de pisos. Neste sentido, pode -se concluir que o projeto em apreciação, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a1) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de contemplar, um índice de construção de 0,67 m²/m², uma cércea de 7,5 metros e um número de pisos de 2.-----

8.3- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, insere-se no contexto urbano do local e mostra-se adequado ao uso.-----

8.4- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, encontra-se em razoável estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação, nos termos do enunciado no anterior item 5.4.-

8.5 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.6- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.7- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste

contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.8- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) -----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 0	103,35				103,35
Piso 1	103,35				103,35
Anexo			45,00		45,00
TOTAL	206,70	0,00	45,00	0,00	251,70

Cércea - 7,50 ml -----

Volume - 692,17 m³-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	5,5		19,33	106,32 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00 €/m

	- Pavimento (Mosaico)	0	25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	21,61	21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	34,12	34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	45,49	0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m				162,05	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública				28,25	
Moradia unifamiliar					
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º					
T = C x m x 0,25			T = 1.144,44 €		

QUADRO II-----
- Cálculo das taxas administrativas-----
 (art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65€	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45€	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35€	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85€	11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria		54,00€	54,00 €
	TOTAL			217,15 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 1.144,44 € + 217,15 € = 1.361,59 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12.10.2018:-----

Visto. Concordo. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo de apoio à mesma) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que respeita foram objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.24. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. PROPOSTA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NA PARAGEM DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, EXISTENTE NA EM-502, EM SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º GUILHERME TOMAZ DATADA DE 02.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Através de correio eletrónico, datado de 29 de agosto de 2018, o Senhor Vereador, Dr. Francisco Melo, veio solicitar a análise e verificação das condições de segurança da paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros existente em Santo António de Monforte, na EM-502 (Rua da Misericórdia), e elaboração de eventual proposta de correção.-----

1.2. Na sequência do pedido, estes serviços técnicos, em conjunto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, procederam à análise das condições de segurança da paragem existente, da sinalização rodoviária e atravessamentos pedonais da via em causa (EM502), não só no local indicado, mas também no cruzamento existente na proximidade, com vista a determinar as condições objetivas de segurança da utilização da via.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após o diagnóstico efetuado no local, em conjunto com o Sr. ° Presidente da Junta de Freguesia, estes serviços constataram:-----

- i). A existência de uma placa de paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros, em mau estado de conservação;-----
- ii). A existência de muros de vedação com uma altura que compromete a visibilidade, designadamente em frente á paragem existente;-----
- iii). A existência de atravessamentos pedonais significativos, no local da via referida, nomeadamente em frente aos muros contíguos com a paragem existente.-----

2.2. Para melhorar as condições de segurança, tanto da paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros, como dos atravessamentos pedonais da via, os serviços verificaram a possibilidade e a conveniência de se proceder:-----

- i). À transladação da paragem existente para o entroncamento da EM502 com a Rua da Bandeira, para o local indicado nas peças desenhadas;---
- ii). À marcação de uma passadeira para atravessamento de peões, no local indicado nas peças desenhadas em anexo;-----
- iii). À Pavimentação das bermas existentes.-----

2.3. Para a materialização destas ações, estes serviços técnicos propõem a execução dos seguintes trabalhos, representados nas peças desenhadas em anexo:-----

- i). Marcação no pavimento da marca rodoviária M11 e de Barras de 0,50 m, paralelas ao eixo da via e afastadas de 0,50m, com a largura de passagem de 4,00 m;-----
- ii). Colocação de dois (2) sinais verticais de código H7 (Passagem para peões), com 70cm de lado;-----
- iii). Colocação de dois (2) sinais verticais de Código H20a (Paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros);-----
- iv). Pavimentação das bermas, na extensão da paragem e passadeira;---
- v). Colocação de um abrigo para passageiros.-----

2.4. Atendendo ao tipo de trabalhos que se propõe e tendo por referência os preços correntes atualmente praticados, estima-se que os encargos com a execução dos mesmos possam ascender a **3.551,12€ + iva**, conforme a seguinte estimativa orçamental:-----

MAPA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTO					
art. °	Designação	Quantidade		Preço Unitário	Total
		Qtd.	Un.		
1	PAVIMENTAÇÕES				
1.1	Pavimentação das bermas , incluindo: - Abertura de caixa com 30cm de profundidade, - Fornecimento a aplicação de uma camada de ABGE com 20cm de espessura após compactação, - Fornecimento e aplicação massame de betão C16/20, com 10cm de espessura e com juntas de dilatação espaçadas de 10m, - todos os trabalhos e materiais necessários para um perfeito acabamento.	108	m2	14,00 €	1 512,00 €
1.2	Fornecimento e colocação de um abrigo de passageiros do tipo "Cabena", Modelo "LEZÍRIA", ou equivalente, cor Antracite Forja, com dois painéis laterais, constituído por: estrutura em tubo de aço quadrado 80 mm lacado a resina de poliéster; três painéis verticais em vidro temperado incolor de 8 mm; cobertura em policarbonato alveolar bronze 8 mm com proteção contra os raios UV; banco em estrutura metálica.	1	Un.	1 500,00 €	1 500,00 €
2	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA				
2.1	Fornecimento e colocação de sinalização vertical de "código", incluindo: implantação, maciços de fundação, elementos ou estruturas de suporte (prumos), peças de ligação, todos os materiais, trabalhos e meios necessários; Sinais quadrangulares com L=0,70m (H7)	2	Un.	78,45 €	156,90 €
2.2	Fornecimento e colocação de sinalização vertical de "código", incluindo: implantação, maciços de fundação, elementos ou estruturas de suporte (prumos), peças de ligação, todos os materiais, trabalhos e meios necessários; Sinais retangulares com L=70m (H20a)	2	Un.	91,15 €	182,30 €
2.3	Pintura a termoplástico retrorrefletora, incluindo pré-marcação: - Barras de paragem M11 com 0,50m de largura (para passagem de peões), - LBC, ao eixo, com 10cm de largura, numa extensão total de 10m.	14,28	m2	14,00 €	199,92 €

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, estes serviços propõem que se submeta a presente proposta técnica à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, para que, ao abrigo das competências delegadas, delibere sobre a seguinte proposta técnica:-----

- a). Aprovar a transladação dos lugares existentes para efetuar as paragens dos veículos de transporte coletivo de passageiros, para o local indicado nas peças desenhadas em anexo;-----
- b). Aprovar a pavimentação das bermas e colocação de um abrigo de passageiros;-----
- c) . Aprovar a colocação de sinais verticais de código (H20a e H7) e marcação no pavimento da marca rodoviária M11 (Passagem para peões).-

3.2. Caso a presente proposta venha a merecer o acolhimento do Senhor Presidente, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, em vista a obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da proposta de colocação da sinalização de

trânsito, em via pública e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-

3.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a). Remeter a presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim de esta unidade adotar todos os procedimentos que permitam a materialização das ações propostas, representadas nas peças desenhadas em anexo;-----

b). Dar conhecimento ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António de Monforte, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

c). Dar conhecimento à empresa *Auto-Viação do Tâmega, Lda*, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d). Após a materialização da presente proposta, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

e). Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão:-----

i). Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão;-----

ii). No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.17-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 299/17 - GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES - RUA GENERAL LUÍS PIMENTEL PINTO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 22.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento com o registo de entrada nos serviços municipais com o n.º 1747/18, referente ao processo n.º 299/17, o GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES - FUTEBOL, SAD, na qualidade de promitente superficiário⁶, apresenta, um pedido de aprovação, de uma operação

⁶ Nos termos do previsto na cláusula terceira do contrato de promessa de constituição do direito de superfície, a favor do Grupo Desportivo de Chaves Futebol, SAD, ficou reconhecido, a legitimidade a este último, para os fins previstos no artigo 9.º do RJUE.-----
Assinala-se, que não foi formado o contrato definitivo com o superficiário, por razões que se prendem, com o facto de a Câmara

urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção⁷, de um "complexo desportivo - Francisco Carvalho", localizado nos Fortes- rua General Luís Pimentel Pinto, União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, no concelho de Chaves.-

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Em 27 de Abril de 2017, foi celebrado entre o Município e o Grupo Desportivo de Chaves - Futebol, SAD, um contrato de constituição do direito de superfície, a favor deste último, pelo prazo de 50 anos, de um terreno, localizado na rua General Luís Pimentel Pinto, do bairro dos Fortes, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, tendo por objeto a conceção, construção, exploração e manutenção de um "Parque Desportivo", atualmente, designado por "Complexo Desportivo- Francisco Carvalho".-----

2.2- Tendo em vista a execução do contrato referido no ponto anterior, o Grupo Desportivo de Chaves - Futebol, SAD, submeteu à Câmara Municipal de Chaves, o projeto de licenciamento das obras atinentes à materialização do referido "Complexo Desportivo", conforme processo camarário n.º 299/17, com registo de entrada nos serviços municipais com o n.º 758/18, datado de 8 de Maio de 2017.-----

2.3- No âmbito da apreciação técnica do projeto em causa, foram consultadas as entidades externas ao município, que, em razão da localização ou das competências próprias que detêm sobre esta tipologia de empreendimentos, as seguintes entidades: Quartel General da Região Militar Norte - Porto, Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, (IPDJ,IP), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, (DRAPN).-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1 - O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 14 e 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção de um "complexo desportivo".-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- O prédio tem na sua totalidade 38 093,00 m² (segundo concurso público) e de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), e está inserido num espaço da "Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves". -----

4.2.2- Por outro lado, sobre o prédio impendem servidões e restrições de utilidade pública advenientes da sua localização, designadamente:

4.2.2.1- Servidão militar constituída pelo Quartel do Alto da Trindade, Carreira de Tiro e Forte de São Neutel, estabelecida no Decreto n.º 25/70;-----

Municipal, ainda não ser titular plena de algumas parcelas de terreno, que foi necessário expropriar no âmbito do Programa Polis, uma vez que a transferência dessa titularidade, está dependente de decisão judicial, que dê por finalizados os referidos processos de expropriação.-----

⁷ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

4.2.2.2 - Restrição relativa à classificação do solo, que possui mais aptidões para a atividade agrícola - solo inserido em Reserva Agrícola Nacional, regime aprovado pelo Decreto-Lei 73/2009 de 31/03;-----

4.2.2.3- Restrição relativa aos leitos dos cursos de água e suas margens com uma largura de 10 metros;-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (doravante designado RMUE).-

4.3 - Em diplomas especiais-----

4.3.1- O presente pedido enquadra-se no disposto na alínea 1), do n.º 2, do artigo 8.º, do Decreto - Lei n.º 141/2009, de 16/06, alterado pelo Dec.- Lei 110/2012, de 21/05, pelo facto de, estarmos perante uma instalação desportiva de base. -----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O projeto em apreciação, diz respeito, á legalização das obras de construção de um "complexo desportivo", onde se pretende proporcionar uma série de atividades, tanto ao nível de formação de jogadores, centro de estágio e realização de jogos amigáveis ou de competição. -----

5.2- O equipamento contempla dois campos de futebol, bancadas descobertas, edifício de apoio, vestiários, balneários e instalações sanitárias, possui uma área bruta de construção de 610,90 m², uma área impermeável de 1 299, 15 m².-----

5.3- O "complexo desportivo", contempla, dois campos de futebol de 11, um de relvado natural e o outro de relva sintética de 3.ª geração, uma bancada, estacionamento e um edifício de balneário/vestiários com condições para realização de jogos, que irá completar as infraestruturas já existentes no Estádio Municipal, que se encontra a menos de 500 metros do novo complexo.-----

5.4- O "complexo desportivo" tem a seguinte capacidade máxima de utilização e de lotação de espetadores:-----

5.4.1- O número máximo de praticantes admissíveis é de 50 utilizadores por campo de futebol (efetivo útil);-----

5.4.2- Os balneários existentes no complexo preveem a utilização máxima de 50 atletas, como referido no anterior item. Os horários dos treinos e jogos são diferenciados, sendo que só treina uma equipa por campo em horários distintos.-----

As equipas seniores A 28 atletas e B 23 atletas, que equipam no estádio municipal e usam as infraestruturas do estádio - 78 atletas em simultâneo nos dois campos (efetivo útil total);-----

5.4.3 - O efetivo de enquadramento técnico total em simultâneo é de 38, correspondente ao número máximo de: 16 treinadores/técnicos, 6 médicos/enfermeiros/massagistas, de 8 juizes e de 8 monitores e técnicos; -----

5.4.4 - O número máximo de funcionários, pessoal auxiliar e outras pessoas é de 30 em simultâneo (efetivo de serviço total);-----

5.4.5- O número máximo de espetadores sentados é de 545, de mobilidade condicionada e acompanhantes de 10+10 e número de pessoas de pé é de 77, correspondente a um número total/lotação de 642 lugares;-----

5.5-Face às restrições/servidões que impendem sobre o terreno, identificadas nos anteriores itens 4.2.2.1, 4.2.2.2 e 4.2.2.3 e usando a faculdade prevista no n.º1 do artigo 13-B.º do RJUE, o requerente consultou as seguintes entidades:-----

5.5.1- O Ministério da Defesa Nacional Exército Português Comando da Logística - Direção de Infraestruturas, face à servidão militar

constituída pelo Quartel do Alto da Trindade, Carreira de Tiro e Forte de São Neutel, que, emitiu parecer favorável, datado de 2017-08-11;--

5.5.2- Agência Portuguesa do Ambiente (APA), face à restrição relativa aos leitos dos cursos de água e suas margens com uma largura de 10 metros, que, emitiu parecer favorável, datado de 2017-06-16;-----

5.5.3- Quanto ao parecer da DRAPN (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte), o mesmo foi solicitado pelo superficiário, a tal entidade, no passado dia 12 de Julho de 2018, tendo sido ultrapassado, o prazo legal, que a referida entidade tem para se pronunciar.-----

5.6- No âmbito da apreciação técnica, do projeto em causa, foram ainda consultadas, as entidades externas ao município, que, em razão das competências próprias que detêm sobre esta tipologia de empreendimentos, as seguintes entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, (IPDJ,IP), que emitiu parecer favorável datado de 2018/09/25, ARS Norte, em 2017/07/12 e Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), parecer favorável datado de 2018/07/17.----

5.7- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-10-18, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 14/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.8- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no "complexo desportivo", objeto de pedido de legalização das obras de construção. Pelo facto, de as obras de construção, objeto de pedido de legalização, se encontrarem concluídas e equipada a instalação desportiva, em condições de iniciar o seu funcionamento, participaram da vistoria, as entidades intervenientes no processo, em razão das competências próprias, que detêm sobre esta tipologia de empreendimentos.-----

5.9 - A construção, preconiza uma área bruta de construção de 610,90 m², o que implica um índice de construção (Ic) de 0,0045 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 610,90 m²/38.093,00 m² = 0,016 m²/m².-----

5.10- A edificação destina-se a "instalação desportiva", o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.11- Face à tipologia do imóvel previsto (serviços) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea d), do n.º 3, do artigo 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 211 lugares de estacionamento automóvel (sendo 5 destinados a pessoas com mobilidade condicionada), o qual é superior ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar.-----

5.12 - Por outro lado a proposta em presença dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do plano de acessibilidades, dos projetos de especialidades e, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS E ADMINISTRATIVAS, APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 10.390,76 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 178.542,40 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 188.933,16 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, na qual, foram levadas a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, tratar-se de uma operação urbanística, em que não é possível, definir uma moda da cércea ou um alinhamento, a edificabilidade é condicionada pelo índice de construção do solo (ic), cércea e número de pisos. Neste sentido, pode -se concluir que o projeto em apreciação, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a1) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de contemplar, um índice de construção de 0,016 m²/m², uma cércea de 5,50 metros e um número de pisos de 2.-----

8.3- Considerando, que da vistoria conjunta, datada de 18 de Outubro de 2018, com as entidades em razão das competências próprias, que detêm sobre esta tipologia de empreendimentos, designadamente, a ARS Norte e ANPC, resultou parecer no sentido de poder ser emitida autorização de utilização, para a atividade desportiva correspondente a -"Instalação desportiva especializada - Cento de Formação".-----

8.4- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de uma construção recente.-----

8.6- Considerando, que a Câmara Municipal, delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção do "Complexo desportivo", deverá o requerente, com o pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, indicar, de acordo com o estabelecido no artigo 17.º do Dec.- Lei 141/2009 de 16/06, alterado pelo Dec.- Lei 110/2012, de 21/05, as seguintes especificidades:-----

a) Identificação tipológica da instalação ou instalações desportivas que a compõem, sua denominação e localização; -----

b) Nome do proprietário ou concessionário da exploração da instalação, bem como do diretor ou responsável pela instalação; -----

c) Indicação das atividades previstas e da capacidade máxima de utilização, discriminada para cada instalação ou espaço desportivo que

integre no caso de complexos desportivos, centros de alto rendimento ou estabelecimentos de serviços de manutenção da condição física; ---
d) Lotação, em número máximo de espectadores admissíveis, para as atividades aí previstas.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel, sob reserva de direito de terceiros;-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir, o presente pedido de legalização das obras de construção do "Complexo desportivo", o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, sob reserva de direito de terceiros, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar e com menção às especificações previstas, no artigo 17.º do Dec.- Lei 141/2009 de 16/06, alterado pelo Dec.- Lei 110/2012, de 21/05.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) -----

Implantação: 577,90 m²-----

Construção: 610,90 m²-----

Impermeável: 1.299,15 m²-----

Permeável: 36.793,85 m²-----

1 piso acima da cota de soleira-----

1 piso abaixo da cota de soleira-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem						
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	6,5		19,33	125,65	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	Passeios						
	- Lancil (Betão)	1	/	17,63		17,63	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	1		15,92	15,92	€/m

	- Pavimento (Mosaico)	0	25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	21,61	21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	34,12	34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	45,49	45,49	€/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	260,42	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	133	
N - número de pisos	2	

Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais e/ou industriais e armazéns
- alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º

$T = C \times m \times [0.25 + 0.05 (N - 1)]$

T = 10.390,76 €

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un./m²	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	0	106,00 €	0,00 €
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	1	211,95 €	211,95 €
c)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	0	529,95 €	0,00 €
n.º9, alínea b	Courts de ténis e outros equipamentos similares, por m²	16.500,00	10,80 €	178.200,00€
Art.º 76, n.º6	Vistoria			54,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL			178,542,40€

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 10.390,76 € + 178.542,40 € = 188.933,16 €
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018: -----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Complexo Desportivo Francisco Carvalho, localizado no lugar dos Fortes em Chaves) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo

alvará de autorização de utilização, sob reserva de terceiros, do referido complexo.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.10.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO COMERCIAL, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ALTERAÇÕES - PROCESSO N.º 805/17 - ALCAPREDIAL - INVESTIMENTO E IMOBILIÁRIO, S.A. - LUGAR DE QUINTELA/ALTO DA BANDEIRA, SANTA CRUZ/TRINDADE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 10.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 2040/18, referente ao processo n.º 805/17, a empresa "ALCAPREDIAL- INVESTIMENTO E IMOBILIÁRIO, SA, solicita, aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de construção⁸, de um conjunto comercial (comércio e serviços), com alvará de obras de construção n.º 93/18, com validade até 2020-11-25, localizado no lugar de Quintela /Alto da Bandeira, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, no concelho de Chaves.-----

2-ANTECEDENTES-----

No que diz respeito a antecedentes do presente processo, o requerente é titular dos seguintes processos/licenças:-----

2.1- Alvará de obras de construção n.º 93/18, para construção de um "conjunto comercial composto de 2 edifícios destinados a comércio (Bricomarché) e serviços (Roady), de um piso, com a área bruta de construção de 3.271, 15 m².-----

3 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

3.1.1- As alterações apresentadas, têm enquadramento legal no disposto no n.º 3 art.º83⁹ do DL555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado

⁸ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

⁹ Artigo 83.º - Alterações durante a execução da obra-----
[...] -----

1 - Podem ser realizadas em obra alterações ao projecto, mediante comunicação prévia nos termos previstos no artigo 35.º, desde que essa comunicação seja efectuada com a antecedência necessária para que as obras estejam concluídas antes da apresentação do requerimento a que se refere o n.º 1 do artigo 63.-----

2 - Podem ser efectuadas sem dependência de comunicação prévia à câmara municipal as alterações em obras que não correspondam a obras que estivessem sujeitas a prévio licenciamento.-----

3 - As alterações em obra ao projecto inicialmente aprovado ou apresentado que envolvam a realização de obras de ampliação ou de

pelo Dec.- Lei 136/2014 de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), estando deste modo, sujeitas ao regime de Alterações á licença, previsto no n.º 7 do art.º 27 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.-----

3.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

3.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

3.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

3.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento na alínea a) do artigo 24.º (Impacte urbanístico relevante) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

4 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

4.1- As alterações ao projeto no decorrer da obra, que se pretende aprovar, prendem-se com a implantação da loja Bricomarché, que avança 1,0 metros, relativamente à rua Joaquim Mazarém, deslocação de 1,0 metros do muro gabião que se desenvolve ao longo do novo arruamento em espaço privado e alteração do muro previsto em betão, que se desenvolve paralelamente à extrema Norte, prolongando no mesmo alinhamento por mais 9,0 m, eliminando assim recortes previstos com o projeto inicial.-----

4.2- São ainda propostas alterações ao projeto, relativamente à funcionalidade do espaço interior do edifício "Bricomarché", alteração da estrutura de suporte dos telheiros de proteção das áreas exteriores, tendo-se retirado os pilares intermédios e colocadas vigas em toda a largura de fachada para suporte da cobertura e para a fachada da zona exterior de jardim, alçado Nascente, substituição da rede "bekaert", por chapa perfurada na cor cinza alumínio com a totalidade do edifício.-----

4.3- Pretende-se ainda comunicar que a construção do edifício "Roady", terá início previsto a 15 de Março de 2018 e após a conclusão do edifício "Bricomarché". Mais solicita o faseamento da obra em duas fases: 1.ª fase a "construção do edifício "Bricomarché", toda a plataforma, acessos e envolvente exterior" e 2.ª fase "construção do edifício "Roady".-----

4.4- A pretensão apresentada pelo requerente, consubstanciada, no faseamento da obra a decorrer com alvará de obras de construção n.º 93/18, com validade até 2020-11-25, não se enquadra no campo privilegiado da possibilidade prática de aplicação desta norma (artigo 59.º do RJUE - execução por fases), pelo facto de os edifícios não serem contíguos, funcionalmente ligados entre si pela existência de partes comuns afetadas ao uso de todas ou algumas unidades ou frações. Não obstante, esclarece-se que a possibilidade de utilização faseada se pode aplicar no caso de edifícios que tenham uma utilização plural, isto é, edifícios compostos por unidades suscetíveis de utilização independente que não estejam sujeitos ao regime da propriedade horizontal.-----

4.5- São apresentadas plantas, cortes e alçados retificados, de acordo com as alterações propostas. Não se mostra necessários a apresentação de novos projetos de especialidades, face às alterações propostas.---

5 - RESPONSABILIDADE-----

alterações à implantação das edificações estão sujeitas ao procedimento previsto nos artigos 27.º ou 35.º, consoante os casos.--

4 - Nas situações previstas nos números anteriores, apenas são apresentados os elementos instrutórios que sofreram alterações.-----

5.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, cujo teor se mostra adequado;----

6. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

6.1. As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 38,70 euros.-----

6.2. O valor total das taxas a liquidar é assim de 38,70 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no anexo I da presente informação.-----

7 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1-Considerando que as alterações propostas e identificadas nos anteriores itens 4.1 e 4.2, cumprem as normas legais e regulamentares vigentes.-----

7.2- Considerando, que não é possível aplicação da norma prevista no artigo 59.º do RJUE - execução por fases, pelo facto de os edifícios não serem contíguos.-----

7.3- Considerando, que a utilização faseada se pode aplicar no caso de edifícios que tenham uma utilização plural, isto é, edifícios compostos por unidades suscetíveis de utilização independente, que não estejam sujeitos ao regime da propriedade horizontal.-----

7.4 Considerando que o alvará de obras de construção n.º 93/18, se encontra válido e que se mostra desnecessária nova calendarização.---

8 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (n.º3 do artigo 83.º do RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

8.1.1. Propor a aprovação do projeto de alterações - alterações durante a execução da obra, apresentado sob o requerimento n.º 2040/18, devendo ser emitido o aditamento ao alvará de licença n.º 93/18, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 83.º do RJUE. -----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subseção IV, n.º 17)-----

Emissão de aditamento ao alvará.....38,70 €-----

Total a liquidar = 38,70 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018:-----

Reportando-me ao processo reportado em epígrafe, sou a propor que, para se sanar o vício de competência para a prática do acto administrativo que foi proferido em 11 de Outubro p.p., pelo Sr. Vereador Victor Augusto da Costa Santos, na informação com o n.º 1627/SCOU/2018, datada de 10 de Outubro p.p., o referido processo seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, a fim deste órgão deliberar, com fundamento no disposto no artigo 164º, do Código de Procedimento Administrativo, ratificar o acto administrativo em causa.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.26-----

Visto. Concorro. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.26. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho em causa. -----

VI
OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO**1.1. RECONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DA ACISAT PARA CRIAÇÃO DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES - EXPOFLÁVIA". ACIONAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS. -----**

Foi presente a informação nº 341/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 79 de 20 de Abril de 2012, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Reconstrução do Pavilhão da ACISAT para Criação do Centro de Exposições - Expoflávnia".

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 16 de Julho de 2012, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Sincof, Sociedade Industrial de Construção Flaviense, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 21 de Agosto de 2012. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 849.183,70€ (Oitocentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e três euros e setenta cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 27 de Agosto de 2012. -----

7. A receção provisória ocorreu no dia 28 de Outubro de 2014. -----

8. De harmonia com a deliberação camararia tomada em reunião ordinária do dia 15 de Setembro de 2017, foi aprovado o acionamento das garantias bancárias, para efetuar reparações no valor de 47.585,00€, (Quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, tendo sido executada a Garantia Bancária n.º 00125-02-1823387, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 2 de Agosto de 2012 prestada na assinatura do Contrato, no valor de 42.459.10€. -----

II - Fundamentação -----

1. Atualmente verificam-se a mais anomalias no interior e exterior do edifício, de acordo com o especificado em mapa anexo. -----

2. De acordo com o Processo n.º 236/15.0T8VRL, do - Tribunal da Comarca de Vila Real, Chaves Inst. Local - Seção Cível - J2, em 18 de Março de 2015, foi proferida sentença de declaração de insolvência da empresa adjudicatária, "SINCOF, Sociedade Industrial de Construções Flavienses, Lda.". -----

3. Pela análise dos acontecimentos, uma vez que a entidade executante entrou em insolvência, não serão efetuadas quaisquer reparações pelo adjudicatário. -----

4. Anexo à presente proposta, apresenta-se mapa de medições com estimativa orçamental das reparações necessárias a efetuar, no valor 36.870,00€ (Trinta e seis mil, oitocentos e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

5. A garantia da total da empreitada é de 84.418,70€, correspondendo ao seguinte: -----

- 42.459,19€ à Garantia Bancária n.º 00125-02-1823387, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 2 de Agosto de 2012 prestada na assinatura do Contrato, já acionada; -----

- 41.959,51€ referente ao somatório dos valores retido nos Autos de Medição. -----

III - Da Proposta -----

Atendendo às razões de facto e direito acima expostas e salvo melhor opinião, no sentido de solucionar as deficiências detetadas que condicionam o correto funcionamento, dado que a entidade executante não se apresenta para as reparar e estando ainda a empreitada sujeita às respetivas garantias contratuais, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião do órgão executivo municipal, com vista à aprovação da presente proposta; -----

b) Que seja acionada a caução prestada da empreitada, respeitante aos décimos retidos no Autos de Medição, de acordo com o estipulado no Artigo 296.º e Artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos e se mande efetuar por conta do empreiteiro as reparações necessárias. ---

À consideração Superior. -----

Chaves, 22 de Outubro de 2018 -----

Os Técnicos -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Em Anexo: Orçamento -----

Anúncio insolvência adjudicatário -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.10.23. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA - REMODELAÇÃO FUNCIONAL E PAISAGÍSTICA (PARU 5 - INTERVENÇÃO 2.5) E REQUALIFICAÇÃO DA AV. DOS ALIADOS (PAMUS 7) - CONCURSO PÚBLICO. -----

Foi presente a informação nº 342/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Largo do Terreiro de Cavalaria - Remodelação Funcional e Paisagística (PARU 5 - Intervenção 2.5) e Requalificação da Av. dos Aliados (PAMUS 7)". - O presente projeto, contempla as obras de obras de remodelação funcional e paisagística do Largo do Terreiro de Cavalaria e, a requalificação da Avenida dos Aliados. -----

Foi submetido a aprovação condicionada para efeitos de apresentação da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020), por despacho do Senhor Presidente no dia 11 de dezembro de 2017, para o projeto da requalificação da Avenida dos Aliados e, no dia 18 de

dezembro de 2017 para o projeto do Largo do Terreiro de Cavalaria - Remodelação Funcional e Paisagística, sob proposta da Divisão de Projetos e Mobilidade. -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Largo do Terreiro de Cavalaria - Remodelação Funcional e Paisagística (PARU 5 - Intervenção 2.5) e Requalificação da Av. dos Aliados (PAMUS 7)", -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 816.076,71 Euros (Oitocentos e dezasseis mil e setenta e seis euros e setenta e um cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fixação do preço base do concurso, foi elaborada pelos técnicos da Divisão de Projetos e Mobilidade, que faz parte integrante do projeto e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 240 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foi solicitado parecer prévio à EDP Distribuição - Energia, S.A., aguarda-se a entrega do parecer favorável; -----

7. De acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo n.º 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de obras de reabilitação de arruamentos que se interligam, no centro da cidade, que embora separáveis, é conveniente a gestão de um único empreiteiro e um único contrato, por razões de produção e operacionalidade da obra e do condicionamento de trânsito que vai ocorrer, sendo importante uma única frente de obra;

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução; -----

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: Abel Peixoto -----

2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Fernanda Serra -----

2º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----

11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----
 Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto, pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, cujo Relatório elaborado a 16 de outubro de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos e análises de campo - O levantamento topográfico faz parte das peças do procedimento; -----
- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotérmica existente, na área de intervenção considerada no projeto; -----
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----
- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----
- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 816.076,71 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor nos objetivos: -----

- Largo do terreiro de Cavalaria - Remodelação Funcional e Paisagística PARU 5 - Intervenção - 2.5 2.4.2. 0102/07030301/0326/2016 I 31, no valor de 721.499.11 €, (Setecentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa e nove euros e onze centimos), -----
- Requalificação da Av. Dos Aliados (PAMUS 7) - 3.3.1. 0102/07030301/0835/2018 I 8, no valor de 94.577,60 € (Noventa e quatro mil quinhentos e setenta e sete euros e sessenta centimos). -----

À consideração Superior. -----
 Divisão de Obras Públicas, 23 de outubro de 2018 -----
 A Chefe de Divisão -----
 (Amélia Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução, -----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
- Programa de Procedimento, -----
- Caderno de Encargos, -----
- Plano de Segurança e Saúde; -----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. -

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.3. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES - SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS DEVIDO À FEIRA DOS SANTOS. -----

Foi presente a informação nº 343/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento concursal, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares". -----

2. De harmonia com deliberação Camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ASG, Construções e Granitos, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas no dia 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 749.527,95€ (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 20 de novembro de 2017. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada 29 de novembro de 2017. -----

II - Fundamentação -----

1 - A obra encontra-se em fase de conclusão, estando por executar todos os trabalhos localizados na rotunda do Monumento, incluindo-se aqui infraestruturas subterrâneas, pavimentação da faixa de rodagem e passeios. -----

2 - Estes trabalhos não foram ainda iniciados devido à proximidade da feira dos Santos, já que a sua não conclusão atempadamente iria pôr em causa a identidade da mesma ao não proporcionar boas condições nos locais onde ela, tradicionalmente, se realiza. -----

3 - Desta forma, os trabalhos só poderão ser iniciados no dia 12 de novembro, altura em que estarão repostas as condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos. -----

4 - Nestas condições encontram-se, não só, os trabalhos da empreitada original, como também os trabalhos de suprimento de erros e omissões aprovados, referentes a esta zona. -----

5 - A duração dos trabalhos de erros e omissões é de 7 dias, e a dos trabalhos normais é de 30 dias após a conclusão destes, conforme informação 301/2018, aprovada em reunião de câmara do dia 4 de outubro do corrente ano. -----

6 - Desta forma, todos os trabalhos que constituem a empreitada, deverão estar concluídos até ao dia 19 de dezembro de 2018. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face aos elementos apresentados, propõe-se ao executivo municipal, aprovar a suspensão parcial dos trabalhos em falta, encontrando-se a mesma regulamentada pelo artigo 365º do CCP ressalvando-se que a mesma

se encontra nas condições mencionadas no artigo 367º do mesmo diploma, ou seja, não implica a assunção de encargos por parte do Município. -
3 - Alerta-se ainda para, caso sejam aceites por parte do empreiteiro as condições de suspensão, a manutenção do local da obra para garantir a segurança das condições de circulação dos veículos e dos peões, são da sua exclusiva responsabilidade. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, Divisão de Obras Públicas, 24 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior responsável pela fiscalização da obra -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

Em Anexo: Orçamento -----

Anúncio insolvência adjudicatário -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.10.23. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 26/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 26/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 42.558,31 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €42.558,31 (quarenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e oito euros e trinta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 27/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 27/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 22.012,99 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €22.012,99 (vinte dois mil e doze euros e noventa e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA REDE DE TRANSPORTES COLETIVOS E URBANOS DO CONCELHO DE CHAVES (TUC) - ANÁLISE E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº27/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I- Identificação das condições contratuais emergentes da celebração do contrato ora em apreciação: -----

1) Considerando que, em 26 de Novembro de 2009, veio a ser celebrado entre o Município de Chaves e a empresa Auto Viação do Tâmega, Lda. - adiante designada por concessionária - um contrato para a "Concessão, em Regime de Serviços Públicos, da Rede de Transportes Urbanos Coletivos de Passageiros, no Concelho de Chaves"; -----

2) Considerando que, do aludido contrato de concessão, faz parte integrante o estudo da viabilidade económico-financeira - demonstrativo do equilíbrio económico-financeiro da concessão - bem como os respetivos pressupostos quanto ao investimento, regime de

exploração, regime tarifário e subsídios a obter, nos termos do previsto no caderno de encargos e competente proposta apresentada; -

3) Considerando que decorre da clausula 19ª do aludido contrato de concessão, a consagração de um **sistema de equilíbrio e partilha de riscos** e resultados da concessão, através da qual, em situação de procura desfavorável para a concessionária, o Município de Chaves garantirá a esta, uma receita tarifária mínima anual, em função do volume mínimo de tráfego que, nos termos da proposta apresentada pela concessionária, se mostre indispensável para equilibrar o Resultado Operacional do serviço; -----

4) Considerando também que, da proposta apresentada pela concessionária (ver fls. 111 do dossier do procedimento), decorre a fórmula de cálculo da compensação a que se refere a alínea anterior, a qual prevê um valor máximo de compensação anual de **145.000,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

5) Tendo ainda em conta que o contrato de concessão ora em apreciação prevê um conjunto de obrigações por parte da concessionária, bem como a respetiva monitorização e acompanhamento por parte do Município de Chaves, designadamente as previstas nas cláusulas 11ª, 15ª, 18ª, 19ª do contrato. -----

II- Da avaliação, pelo Concedente, das condições efetivas de execução do contrato ora em apreciação: -----

1) Considerando que, mediante o ofício proveniente da concessionária, registado no expediente geral em 17/05/2018 com o n.º4135, vieram a ser apresentados os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de **2017**, dos quais consta o valor da compensação financeira para o ano de **2017**, a que alude a referida cláusula 19ª do contrato de concessão; -----

2) Considerando que, o valor máximo da compensação prevista na proposta apresentada pela concessionária é de **145.000,00€**, no âmbito do contrato celebrado, verifica-se que, de acordo com a demonstração de resultados apresentada pela concessionária, referente ao exercício de 2017, encontra-se previsto um valor de **296.751,60€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em função dos valores apurados de acordo com os tarifários respetivamente aplicáveis, sendo que, compulsada a referida clausula 19ª do contrato de concessão veio a AVT, solicitar o valor máximo de compensação a atribuir pelo município no valor de **145.000,00€** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

III- Do cumprimento defeituoso das obrigações pelo adjudicatário: -

No que respeita às obrigações previstas no contrato de concessão celebrado, foram elencadas as seguintes irregularidades, de forma reiterada: -----

1) O "Plano anual de manutenção preventiva" do material circulante e dos demais equipamentos, previstos no n.º6 da Clausula 10.ª, não foi submetido à aprovação do Município de Chaves; -----

2) O serviço coordenador especificamente vocacionado para a gestão integrada dos serviços da concessão, não está a ser dirigido por um técnico superior com experiência comprovada na área dos transportes, como previsto na alínea a) do n.º2 da Cláusula 11.ª; -----

3) Não foi implementado o "Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança", previsto no n.º1 da Clausula 17ª; -----

4) O pessoal afeto à concessão, quando em serviço, não se apresenta vestido com os uniformes aprovados, como o previsto no n.º3 da Cláusula 18.ª; -----

5) A concessionária não procedeu à entrega mensal dos balancetes analíticos previstos no n.º2 da Clausula 19.ª; -----

6) Nos autocarros afetos à frota dos TUC, não foram instalados os equipamentos de vídeos previstos no requisito 4 do Anexo 3 do contrato de concessão celebrado. -----

IV- Da estratégia de atuação: -----

Face ao exposto, tomamos a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara, a ponderação da seguinte estratégia procedimental: -----

1 - Após análise às contas referentes ao exercício económico de 2017, apresentadas pela concessionária, e tendo em vista a reposição do equilíbrio do Resultado Operacional pela compensação financeira, a efetuar pelo Município de Chaves, no cumprimento do previsto na Cláusula 19.^a do contrato de concessão, dever-se-á ponderar as seguintes situações: -----

a) No que respeita às irregularidades detetadas, identificadas na parte III da presente proposta, e considerando que a concessionária já se havia comprometido na análise de contas efetuadas desde o exercício de 2010, a promover a reposição e regularização das deficiências apuradas, o Município reserva-se ao direito em, com recurso à Cláusula 28.^a do Contrato de concessão, aplicar, para o efeito, o regime sancionatório previsto no Código dos Contratos Públicos (nos termos de seu artigo 329º); -----

b) Face ao exposto, considerando o reiterado incumprimento das obrigações por parte da concessionária, dever-se-á promover a aplicabilidade do regime sancionatório previsto no artigo 28º do contrato celebrado, articulado com o artigo 329º do Código dos Contratos Públicos, aplicando, para o efeito, uma sanção pecuniária, traduzida em **20% do valor máximo da compensação anual (145.000,00€)**, previsto no programa de procedimento, resultando uma redução de **29.000,00€**; -----

c) Neste contexto, o valor a considerar pelo Município no âmbito da aludida compensação financeira totaliza um valor de **116.000,00€ acrescido de IVA** à taxa legal em vigor, pelo que deverá ser promovida a competente audiência dos interessados, nos termos do art.º 121 e ss. do CPA - Código do Procedimento Administrativo, remetendo-se, para o efeito, à Auto Viação do Tâmega a presente proposta, para respetiva apreciação e pronúncia. -----

2 - Submeta-se a presente proposta ao Sr. Presidente da Câmara, para apreciação e determinação para a realização de audiência dos interessados. -----

Chaves, 23 de maio de 2018 -----

A Chefe da DGF, (Dr.^a Márcia Santos) -----

O Chefe da DPM, (Eng.º Abel Peixoto) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.15 -----

Visto. À reunião de Câmara para apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. APROVAÇÃO DA ATA DA HASTA PÚBLICA DESTINADA À ALIENAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DE QUATRO PRÉDIOS URBANOS (ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS). - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO. PROPOSTA N.º 73/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Em reunião do executivo camarário de 12 de julho de 2018, foi deliberado, por unanimidade, abrir um procedimento, na modalidade de

hasta pública, tendente à alienação/adjudicação do direito de propriedade de prédios urbanos que deixaram de estar afetos a Escolas de 1º Ciclo, com a identificação e valores para alienação, infra indicados: -----

Escola	Freguesia	Artigo Matricial	Descrição Conservatória	Valor base
Lagarelhos	S. Pedro de Agostém	U-896º	2972/20100906	€29 662,73
Seixo	Loivos e Póvoa de Agrações	U-994º	948/20100929	€7 477,54
Matosinhos	Santa Leocádia	U-559º	1047/20100906	€30 695,45
France	Moreiras	U-368º	826/20100906	€18 619,73

2. No prazo estipulado para a apresentação de propostas - 01 de outubro de 2018 -, deram entrada nos serviços administrativos municipais duas propostas, respetivamente, com os registos de entrada 2018, DCG, E,G, 8981 06-09-2018 e 2018, DCG, E,G, 10002 28-09-2018, apresentadas por André Domingues Alves e por Gisela Maria de Castro Ferreira, para a aquisição/adjudicação da antiga Escola Primária de Lagarelhos. -----

3. A Comissão designada para o efeito elaborou a Ata da hasta pública, relatando o sucedido na praça, documento que se anexa, a esta proposta, para os devidos efeitos. -----

II - Justificação -----

1. De acordo com a Ata da Hasta Pública, subscrita pelos membros da respetiva Comissão, compareceram no ato público Marco António Costa Pereira, em representação do concorrente André Domingos Alves, o qual informou não ter autorização do interessado/concorrente para proceder a licitação ou modificação da proposta apresentada, e Bruno Domingos Alves, irmão do concorrente; Pedro Barroco, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém; José Manuel Nascimento Adão, residente na localidade de Lagarelhos; Gisela Maria de Castro Ferreira, concorrente e Ricardo Matos, companheiro da concorrente. -

2. As propostas apresentadas, ambas tendo por objeto a Escola Primária de Lagarelhos, propunham os seguintes valores: -----

1ª proposta - André Alves - €41 010,00; -----

2ª proposta - Gisela Ferreira - €29 800,00. -----

As duas propostas apresentaram valores superiores ao valor base de licitação de €29 662,73. -----

3. Os membros da Comissão consideraram que as propostas reuniam os requisitos para a sua admissão, e havendo duas propostas válidas, nos termos previstos no Artigo 4º das Normas Disciplinadoras, abriram licitação, a partir da posposta mais elevada. -----

4. Não tendo o representante do concorrente André Alves poderes para licitar, a concorrente Gisela Ferreira, foi a única licitante, com um lanço mínimo de €500,00, pelo que os membros da Comissão deliberaram, por unanimidade, adjudicar provisoriamente o imóvel identificado como "Escola Primária de Lagarelhos", sito na freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 896º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 2972/20100906 a Gisela Maria de Castro Ferreira, residente na Rua Luso-Celulóide, nº 474-1º Dtº, 4500-819 Espinho, pelo valor de €41 510,00. -----

III - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e à luz do disposto na alínea g) do nº1 do Artigo 33º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:

a) Adjudicar, definitivamente, o prédio urbano composto por "Escola Primária de Lagarelhos", sito na freguesia de S. Pedro de Agostém,

concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 896º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 2972/20100906, a Gisela Maria de Castro Ferreira, pelo valor de €41 510,00 (quarenta e um mil, quinhentos e dez euros); -----

b) O respectivo contrato - escritura - deverá ser formalizado pelo Oficial Público da Autarquia e Notário Privativo e, em conformidade com o disposto no Artigo 875º do Código Civil, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº116/2008, de 4 de julho, e alínea b), do nº2, do Artigo 35º do Anexo I, da Lei supra citada, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respetivo contrato; -----

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do executivo camarário, dever-se-á dar conhecimento do teor integral da mesma e da decisão administrativa praticada sobre a matéria, à interessada Gisela Maria de Castro Ferreira, mediante a expedição da competente notificação ao abrigo do Artigo114º do novo Código do Procedimento Administrativo, bem como devolver ao concorrente André Domingos Alves, o cheque que instruiu a sua proposta, no valor de €4 101,00, correspondente a 10% da mesma. -----

Chaves, 22 de outubro de 2018. -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
Nuno Vaz Ribeiro -----

Em anexo: Ata da Hasta Pública destinada à alienação e/ou adjudicação do direito de propriedade de quatro prédios urbanos que deixaram de estar afetos a Escolas de 1º Ciclo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL - PIM - CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. (ANTERIORMENTE DENOMINADA GREATLABOUR, LDA.) . INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 47/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento e Fundamentação -----

1.Sob a Proposta n.º 47/GAPV/2013, aprovada na reunião do Executivo Municipal de 20 de maio de 2013, a Assembleia Municipal sancionou, em 12 de junho de 2013, o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM). -----

2. Tal regulamento define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais, no que respeita à classificação de Projetos de Interesse Municipal - PIM -, tendo em vista conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização. --

3. Ao abrigo de tal quadro regulamentar, veio a promotora **Hotel Premium Chaves, Lda.**, à data denominada **Greatlabour, Lda.**, NIPC 513 666 761, requerer a classificação de PIM para o projeto de investimento relativo à reabilitação (urbanística e classificação hoteleira) do Hotel Premium Chaves - Aquae Flaviae, correspondente à **fração autónoma "A"**, destinada a indústria hoteleira, do prédio urbano **sito na Praça do Brasil**, na freguesia de **Santa Maria Maior**, concelho de **Chaves**, descrito

na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º **470/20071012** e inscrito na respetiva matriz, com o artigo **3640º**, e, consequentemente, a redução de taxas urbanísticas, ao abrigo do quadro legal, em matéria do regime financeiro autárquico, atualmente, em vigor. -----

4. Sob a Informação/Proposta n.º 17/DSC/2018, subscrita pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, o executivo camarário, em sua reunião ordinária do passado dia 22 de fevereiro de 2018, atribuiu a classificação de PIM à candidatura apresentada pela supramencionada sociedade, e aprovou a concessão de benefícios tributários municipais, consubstanciados numa **redução de 75% das taxas urbanísticas municipais**, devidas pela emissão do título administrativo de autorização de edificação e pela correspondente emissão da autorização de utilização. -----

5. No passado dia 7 de setembro de 2018, veio a ser outorgado, entre este Município e a citada sociedade promotora, o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais, de acordo com a minuta genérica previamente aprovada pelos competentes órgãos autárquicos, em cumprimento do disposto no n.º 2, do Artigo 9.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, documento que, nos termos do disposto no Artigo 12.º do citado Regulamento, deve ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao acima exposto, e tendo em vista levar ao conhecimento dos competentes órgãos autárquicos o teor concreto do contrato, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista a que o aludido órgão autárquico, legalmente, competente, à luz do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no n.º 9, do Artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, tome conhecimento, e a fim, aprove, o benefício tributário municipal concedido à empresa "**Greatlabour, Lda.**", agora denominada **Hotel Premium Chaves, Lda.**", pelo investimento a concretizar na reabilitação (urbanística e classificação hoteleira) do **Hotel Premium Chaves - Aquae Flaviae**, sito na **Praça do Brasil**, na freguesia de **Santa Maria Maior**, concelho de **Chaves**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º **470/20071012** e inscrito na respetiva matriz, com o artigo **3640º**, consubstanciado na redução de **75%** do valor devido pelas **taxas urbanísticas municipais**, quantificada, de acordo com os dados constantes do processo de licenciamento da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território - DGOT, em **€ 7.376,40 (sete mil, trezentos e setenta e seis euros e quarenta cêntimos)**, conforme expresso no contrato registado nos serviços municipais sob o n.º 66/2018, que se anexa à presente Informação/Proposta; -----

b) Por fim, para efeitos do disposto no Artigo 12.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, e tendo em vista a monitorização das condições de celebração e execução do contrato, deverá o mesmo ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal, na próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 23 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

Fátima Calvão -----

Em anexo: Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, com registo n.º 66/2018, e respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.23 -----

Visto. À reunião do Executivo Municipal para apreciação e deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL PARA ALIENAÇÃO/LOCAÇÃO DE LOTES NO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES" E "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA" RELATÓRIO DE ANÁLISE DA 2ª FASE DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - (16-06-2018 A 16-09-2018)-. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

RELATÓRIO N.º 2 -----

1- No dia 12-10-2018 (doze de outubro de dois mil e dezoito), pelas 10:00h (dez horas), no Gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, reuniu a Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento supramencionado, constituída pelo **Presidente**, Dr. Marcelo Delgado, pelo **1º Vogal efetivo**, Arq. Rodrigo Moreira, e pelo **2º Vogal efetivo**, Dra. Marcia Santos, tendo como coadjuvante e relatora a Arq.ª Carla Joana. -----

2- A reunião visou a realização da análise das propostas recebidas no âmbito da 2ª fase de candidaturas para adjudicação do direito de propriedade/locação de lotes integrados no "Parque de Atividades de Chaves" e "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", que decorreu desde o dia 16 de junho até 16 de setembro de 2018. -----

3- A reunião teve início com a apresentação do procedimento pelo Presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado e com a identificação dos requerentes por ordem de entrada das respetivas propostas, a saber:

Número atribuído à cand.	Requerente	Empresa	Nº entrada	Data entrada	Pretensão	Atividade a desenvolver
1	Luzia da Conceição Lameiras Moura	GOLDEN TASTE, LDA.	6545	18.07.2018	Lote A2 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves	Fabricação de cozinhados e pratos pré cozinhados

4- Após identificação da única candidatura rececionada, usou da palavra a coadjuvante da comissão, no sentido de informar os elementos da Comissão do conteúdo da candidatura e de todos os procedimentos entretanto ocorridos relacionados com a mesma, no âmbito da análise prévia que foi efetuada à candidatura em questão, antes de ser submetida à apreciação da Comissão, a saber: -----

4.1. Em 18 de julho de 2018, a Senhora Luzia da Conceição Lameiras Moura, através de requerimento N.º 6545, apresentou uma candidatura ao lote A2 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, para instalação da empresa GOLDEN TASTE, LDA. -----

4.2. Nos documentos que integraram a candidatura, mais concretamente a Certidão Permanente do registo da firma, constatou-se que esta era

constituída por uma sociedade por quotas iguais, sendo os sócios a Sra. Luzia Moura e o Sr. Jorge Filipe Cunha, este último o gerente da firma; -----

4.3. Pese embora o gerente da firma seja o Sr. Jorge Filipe Cunha, e nesse sentido o requerimento que formalizou a candidatura deveria ter sido assinado por ele e não pela sócia Sra. Luzia Moura, ou pelos dois em conjunto (em conformidade com o previsto no N.º 1 do art.º 68 de Código do Procedimento Administrativo¹⁰), considerou-se que esta situação poderia ser facilmente retificada à posteriori pelos interessados, pelo que não foi solicitado de imediato nenhum esclarecimento adicional à requerente, prosseguindo-se com a apreciação formal da candidatura no que diz respeito à verificação da regularidade da instrução da mesma¹¹. -----

4.4. Tendo-se apurado que a candidatura apresentada não estava instruída com todos os documentos de natureza obrigatória, concretamente os documentos de natureza económico-financeira, e tendo em vista agilizar os tramites processuais relacionados com a apreciação da mesma, foi solicitado, de imediato, à requerente o envio dos documentos em falta¹², os quais foram anexados ao respetivo processo de candidatura a fim desta estar em condições de ser analisada pela Comissão. -----

4.5. Entretanto, em 11 de setembro de 2018, a Sra. Luzia Moura veio novamente a processo, através de requerimento n.º 9158, solicitar a alteração do nome da empresa referente ao pedido de apreciação da candidatura (GOLDEN TASTE, LDA.) para a empresa PRISMA TENTACÃO LDA., justificando que o pedido tinha por base um desentendimento com o outro sócio da empresa Golden Taste, Lda. Para os devidos efeitos apresentou, através de mensagem de correio eletrónico do mesmo dia, a escritura de constituição da nova sociedade (PRISMA TENTACÃO LDA), bem como a respetiva nomeação da mesma como gerente desta firma e, ainda, os documentos de natureza económico-financeira que lhe tinham sido solicitados, reportando-se estes à nova firma, PRISMA TENTACÃO LDA. -

4.6. Por fim, em 14 de setembro de 2018, a Sra. Luzia Moura veio novamente a processo informar que a empresa GOLDEN TASTE, LDA., se encontrava sem gerência, apresentando a Certidão Permanente da firma atualizada, para os devidos efeitos. -----

5- Face ao exposto, após análise de todos os documentos referidos por parte da Comissão, esta constatou existirem irregularidades na instrução inicial do processo da candidatura, bem como nos demais documentos entregues posteriormente, no que respeita à legitimidade do requerente para formalizar os pedidos (inicial e seguinte), irregularidades essas que consubstanciam matéria de facto e de direito justificadoras de rejeição liminar dos dois pedidos, uma vez que os mesmos estão correlacionados. -----

¹⁰ Código do Procedimento Administrativo (CPA) - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro -----

¹¹ Em conformidade com o estipulado no artigo 11º (Instrução do processo de candidatura) do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em conjugação com a "Proposta n.º 06/GAP/2018", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 08 de fevereiro de 2018, bem como, em conformidade com o deliberado no Auto de Diligência n.º 1 da Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento concursal, datado de 09 de maio de 2018. -----

¹² Através de mensagem de correio eletrónico datada de 11 de setembro de 2018 -----

6- Assim, -----

6.1- Considerando que o requerimento apresentado pela Sra. Luzia Moura, com entrada nº9158, a solicitar a alteração da empresa objeto de candidatura (GOLDEN TASTE, LDA.), para a empresa PRISMA TENTACÃO LDA., não poderá ser aceite pela comissão, uma vez que a Sra. Luzia não possui legitimidade para subscrever o pedido individualmente, visto não ser a sócia gerente da empresa GOLDEN TASTE, LDA.; -----

6.2- Considerando que, para suprir essa falta de legitimidade da requerente, uma vez que neste momento a empresa não possui gerente, o requerimento em causa teria de ser assinado pelos dois sócios; -----

6.3- Considerando que, segundo o que foi invocado no requerimento, de que há desentendimentos entre os sócios, e segundo comunicou informalmente a requerente, de que o Sr. Jorge Filipe Cunha não irá assinar nenhum documento relacionado com este processo; -----

6.4- Considerando que a confirmação da falta de legitimidade da requerente em subscrever este requerimento e os motivos invocados para o efeito, vieram comprovar não ser sanável a inicial falta de legitimidade da Sra. Luzia Moura em subscrever individualmente o requerimento de formalização da candidatura; -----

7- A Comissão deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

7.1- Propor a rejeição liminar o pedido que formalizou a candidatura apresentada apela Sra. Luzia Moura, através de requerimento nº 6545, de 18 de julho de 2018, para instalação da empresa GOLDEN TASTE no lote A2 do Parque de Atividades de Chaves, por falta de legitimidade da requerente, tendo por base o previsto no art.º 68 de Código do Procedimento Administrativo; -----

7.2- Propor também a rejeição liminar do pedido formalizado pelo requerimento nº 9158, apresentado também pela Sra. Luzia Moura em 11 de setembro de 2018, pelo qual veio solicitar a alteração do nome da empresa responsável pela candidatura, ou seja, substituir a GOLDEN TASTE, LDA pela empresa PRISMA TENTACÃO LDA., também por falta de legitimidade para formalizar o pedido em causa, em conformidade com o estipulado no art.º 68 de Código do Procedimento Administrativo; ----

7.3- Caso haja decisão superior de homologação do presente relatório, proceder à notificação da requerente sobre a decisão tomada, conforme estabelecido no Artigo 114º do CPA; -----

7.4- Submeter o presente relatório ao conhecimento do Senhor Presidente da Câmara para homologação e posteriormente divulgação, junto do Órgão Executivo Municipal. -----

Chaves, 12 de outubro de 2018, -----

O Presidente da Comissão -----

Dr. Marcelo Delgado -----

O 1º Vogal efetivo, -----

Arq. Rodrigo Moreira -----

O 2º Vogal Efetivo -----

Dra. Márcia Santos -----

O coadjuvante da Comissão -----

Arq. Carla Joana -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----

Homologo. Ao conhecimento do Executivo Municipal. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.5. 12ª E 13ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº57/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. -----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;----

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2018:

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	

Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3) - (4)	5.177.427,60
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55

b) Em cada modificação orçamental/execução periódica:

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

23/10/2018		
REGRAS ORÇAMENTAIS - artº 40º		
	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	23 066 364,37 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	18 004 715,62 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2 940 158,86 €	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente bruta cobrada (1)	23 066 364,37 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga (2)	18 004 715,62 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	5 061 648,75 €	
Amortizações previstas (4)	3 088 789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	1 972 859,67 €	
Total das receitas correntes totais (6)	23 066 364,37 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	1 153 318,22 €	

Chaves, 23 de outubro de 2018 -----
A Chefe de Divisão, -----
(Márcia Santos, Dra.) -----
Anexo: Mapa da 12ª e 13ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018-
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.25 -----
Visto. À reunião do Executivo Municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.6. ACADEMIA DE DESPORTO FUTIBA DE CHAVES/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 58/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, mediante ofício, de 31/01/2018, veio a ser notificada a **Academia de Desporto Futiba de Chaves**, para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, num total de **1.303,80€**, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos; -----

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, a **Academia de Desporto Futiba de Chaves** veio, mediante carta datada de 16/10/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, em **prestações mensais de 60,00€**, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

II - Estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pela **Academia de Desporto Futiba de Chaves**, num valor total atual, de **1.303,80€**, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em prestações mensais de 60,00€ a liquidar até ao dia 25 de cada mês**, até à amortização integral da dívida atual, acrescido de juros de mora vencidos que devem ser regularizados no momento do pagamento da última prestação. -----

b) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações; -----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação à **Academia de Desporto Futiba de Chaves**, para conhecimento. -----

Chaves, 24 de outubro de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.^a Márcia Santos) -----

Anexo: listagem de valores em dívida. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.24 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. DEMISSÃO DA QUALIDADE DE MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO QUALIFICA / ORIGIN PORTUGAL POR INICIATIVA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 93/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação tem por objetivo despoletar os procedimentos tendentes à formalização do pedido de demissão da qualidade de membro da Qualifica / oriGIn Portugal, por iniciativa do Município de Chaves, conforme orientação da Senhora Vereadora, Eng.^a Paula Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

No uso das suas competências, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sua sessão ordinária, no dia 28 de abril de 2010, aprovou por unanimidade a adesão à Qualifica - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses. -----

Esta Associação tem por missão a promoção do desenvolvimento agrícola e rural, através da valorização, qualificação, defesa, promoção e dignificação da identidade dos produtos tradicionais portugueses e subsidiariamente, dos seus produtores e território. -----

Enquanto membro efetivo, o Município de Chaves assumiu uma quotização anual, cujo valor é fixado anualmente, pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção, constituindo esse valor, receita da Associação. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º dos Estatutos da Qualifica, são causas da perda da qualidade de membro, a demissão por iniciativa do membro, quando comunicada, por escrito, à Direção. ---- Contudo, quando comunicada a demissão por iniciativa do membro, até dia 30 de outubro, produz efeitos a partir de 31 de dezembro do mesmo ano (cf. n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos da Qualifica). -----

DO PEDIDO EM CONCRETO -----

A sede da Qualifica localiza-se em Portalegre, sendo as Assembleias Gerais e demais atividades promovidas, realizadas, em geral, no Centro Nacional de Exposições de Santarém, o que dificulta uma participação mais ativa do Município de Chaves, e acarreta custos adicionais. ----

O Município de Chaves assumiu em 2018 uma quotização no valor de 2.165,00€ (dois mil, cento e sessenta e cinco euros). -----

Reconhece-se o mérito da Associação, nomeadamente na dinamização dos Concursos Nacionais de produtos tradicionais portugueses, na sua valorização e promoção, bem como na produção de textos técnicos. ----

Apesar de se reconhecer a mais-valia da criação da marca coletiva da Associação, esta beneficia apenas as empresas e agrupamentos de produtores, sem qualquer vantagem direta para os municípios. -----

Face ao exposto, o pedido de demissão da qualidade de membro da Qualifica / oriGIn Portugal, por iniciativa do Município de Chaves, conforme orientação da Senhora Vereadora, Eng.ª Paula Chaves, deverá ser despoletado, sendo comunicada a intensão à Associação até dia 30 de outubro, por forma a produzir efeitos a partir de 31 de dezembro deste ano. -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente informação técnica, consubstanciada no deferimento do pedido de demissão da qualidade de membro da Qualifica / oriGIn Portugal, por iniciativa do Município de Chaves; Caso venha a ser deliberado nesse sentido, deverá ser comunicada de imediato a intensão de demissão à Associação e ser agendada a presente proposta para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à sua aprovação; -----

Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverá a Associação ser notificada, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 23 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----
(Cristiana Morais) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 23/10/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que aprove a estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.24 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO LOCAL DE PRODUTORES DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 102/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

Com a presente informação pretende-se: -----

Justificar a proposta de regulamento para o Mercado Local de Produtores de Chaves, face à intervenção que se pretende concretizar no âmbito da candidatura "Requalificação do Mercado Local de Produtores", enquadrada no Aviso n.º 001/ADRAT/10214/2017 - "Cadeias curtas e mercados locais", aberto ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio; -----

Determinar o início do procedimento tendente à aprovação do Regulamento do Mercado Local de Produtores, de acordo com o Projeto em anexo à presente proposta. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados reservados apenas a produtores, designados por mercados locais de produtores, nos termos do seu artigo 6.º, estes deverão dispor de um regulamento interno, no qual são estabelecidas as normas relativas, designadamente, ao processo de admissão dos produtores, de organização e de funcionamento do mercado, o qual deve estar afixado em local visível para consulta. A candidatura aprovada cuja intervenção visa a "Requalificação do Mercado Local de Produtores", da cidade de Chaves, enquadra-se no Aviso n.º 001/ADRAT/10214/2017 - "Cadeias curtas e mercados locais", aberto ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2 ("Implementação das estratégias"), integrada na medida n.º 10 ("LEADER"), da área n.º 4 ("Desenvolvimento Local"), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente ("PDR 2020"), na tipologia referida na alínea d) do art.º 2.º da referida Portaria. -----

A referida intervenção visa recuperar o atual espaço do Mercado Local de Produtores, estrutura atualmente integrada no Mercado Municipal de Chaves, conferindo-lhe a necessária autonomia, diferenciação e valorização, enquanto espaço vocacionado para a venda direta das

produções locais ao consumidor, numa perspetiva que conjugue fidelização e satisfação dos consumidores, reforço da imagem da região e aumento dos rendimentos gerados na fileira de produção/comercialização, contribuindo para a geração de um quadro de desenvolvimento sustentável, que saiba associar tradição e inovação. O presente Projeto de regulamento foi previamente encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, que procedeu à análise do clausulado do projeto de Regulamento do Mercado Local de Produtores, à luz do quadro legal em vigor. Nos termos dos despachos superiores, sobre a informação/proposta n.º 212/2018 da DAF (em anexo), as recomendações efetuadas foram introduzidas no projeto de regulamento, ora em apreciação. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, para que adote deliberação no sentido de: -----

Determinar o início do procedimento tendente à aprovação do Regulamento do Mercado Local de Produtores, de acordo com o Projeto em anexo à presente Proposta, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 98.º do CPA, dever-se-á promover a publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos; -----

Dado o elevado número de potenciais interessados, o Projeto de Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 101.º do CPA, deverá ser submetido a consulta pública, devendo os interessados dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento; -----

Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de consulta pública ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva do Projeto de Regulamento em apreciação; -----

Sequencialmente, e alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no artigo 139.º do Código do Procedimento administrativo. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 24 de outubro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 24/10/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que aprove a estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.24 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

